



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO
DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2021



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO
DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

RELATÓRIO E CONTAS 2021



SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Gestão de Fundos 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt

NOTA DO CONSELHO DIRETIVO 4

NÚMEROS CHAVE 6

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. 11

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2021 14

CONTAS DO EXERCÍCIO 21

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 24

BALANÇO SOCIAL 32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 34

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 42

Contas e Relatório de Gestão Aprovados pelo Conselho Diretivo do IGFCSS, IP em 31 de março de 2022 (Ata n.º 1083/2022).

José Vidrigo

Teresa Botelho Ramundo

Nota do Conselho Diretivo

O ano de 2021 no âmbito do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS) voltou a ficar marcado pela pandemia da COVID-19 e pelas suas consequências, tendo sido, não obstante, caracterizado por uma evolução das diferentes classes de ativos que permitiu uma rentabilidade positiva (absoluta e relativa) de todos os fundos, conduzindo a que os ativos sob gestão tivessem atingido novos máximos.

Permaneceram, ainda, os fortes constrangimentos na área dos recursos humanos, em particular nos Departamentos de Investimento e de Estudos, Planeamento e Controlo, áreas centrais no que respeita a uma eficiente gestão e controlo dos fundos, cuja ultrapassagem só será possível com a contratação fora do perímetro da Administração Pública – processo que se encontrava, no encerramento do ano 2021, em curso e que culminou, já em 2022, na integração de 3 novos trabalhadores que entretanto iniciaram funções. O IGFCSS continua a empreender esforços no sentido de assegurar a contratação dos trabalhadores necessários ao preenchimento integral do respetivo mapa de pessoal.

Acresce ainda, que se mantiveram as condicionantes ao nível da gestão dos recursos humanos, fruto do efeito conjunto das carreiras do Instituto ainda não terem sido revistas, do prosseguimento das ações judiciais decorrentes dos cortes salariais efetuados para implementação das recomendações do Tribunal de Contas e, também, das regras gerais, semelhantes às de anos anteriores, aplicáveis à generalidade dos serviços e organismos públicos, nomeadamente em matéria remuneratória.

Estas limitações, contudo, não diminuíram o empenho, zelo e profissionalismos dos trabalhadores e dirigentes do Instituto, que continuaram focados em ultrapassar as dificuldades criadas por mais este ano de desafios, o que permitiu a obtenção dos resultados mencionados acima.

Saliente-se que, decorrente da pandemia da Covid-19, e considerando a necessidade de garantir o acesso aos mercados para uma adequada gestão, o IGFCSS esteve parte do ano em regime de teletrabalho, quer total, quer parcial.

Dando continuidade ao esforço de diversificação estratégica crescente dos investimentos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), e depois de no ano anterior se ter iniciado o investimento numa nova classe de ativos (dívida privada *investment grade*), o ano de 2021 fica marcado pelo esforço dedicado a assegurar o arranque do investimento do FEFSS numa outra classe de ativos (ações de baixa capitalização) – processo que deu origem a um investimento já nos primeiros dias de 2022.

Por último, o Conselho Diretivo sublinha o apoio recebido do Fiscal Único e do Conselho Consultivo do Instituto.

Porto, 31 de março de 2022

Nota Adicional – COVID 19

O surto da doença da Covid-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso país, tendo sido declarado o primeiro Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Atendendo ao tipo de atividade desenvolvida pelo Instituto e à reduzida dimensão do seu quadro de pessoal, o recurso ao teletrabalho permitiu durante 2021 assegurar a continuidade da operação em condições próximas da normalidade. O agravamento da situação geral do país registado na parte final de 2020 e no início de 2021 não trouxe, por isso, constrangimentos adicionais suscetíveis de pôr em causa o seu funcionamento.

Números Chave

Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS)

Os custos totais de funcionamento do IGFCSS em 31.12.2021 atingiram o valor de 2 322 796,80€¹, o que representa um aumento de 7,05% face ao verificado em 2020.

Não obstante o ligeiro aumento acima mencionado, o crescimento do montante médio sob gestão voltou a reforçar o já reduzido rácio entre os custos de funcionamento, cuja estrutura se apresenta na Tabela 1, e o montante médio gerido, que se traduz em 0,010%, valor semelhante ao verificado em 2020.

No final do ano o Instituto geria 23 822 838 044,20 euros², referente a três Fundos³ e tinha ao seu serviço 26 trabalhadores, excluindo membros do Conselho Diretivo.

TABELA 1 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2021	31.12.2020
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	774 133,38	739 005,47
Custos com Pessoal	1 478 967,01	1 352 099,62
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	32 862,90	30 721,72
Provisões do Exercício	2 200,58	6 161,64
Custos e Perdas Financeiros	4 501,88	1 345,45
Custos e Perdas Extraordinários	30 131,05	40 582,43
	2 322 796,80	2 169 916,33
Proveitos e Ganhos		
Transferências Concedidas	160 684,80	38 191,70
Prestações de Serviços	141 095,73	124 866,95
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 150 000,00	2 003 000,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	127,94	228,59
Proveitos e Ganhos Extraordinários	192 257,93	80 012,49
	2 483 481,60	2 208 108,03
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00

¹ Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 160 684,80€.

² Dos quais 23 180 164 524,61€ da carteira do FEFSS, 57 769 776,67€ da carteira do FCR e 584 903 742,92€ da carteira do FCT.

³ Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, Fundo dos Certificados de Reforma e Fundo de Compensação do Trabalho.

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)

Na Tabela 2 apresentam-se os principais números relativos ao valor e gestão do FEFSS nos últimos anos.

TABELA 2 | VALOR E GESTÃO DO FEFSS

Resultados	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Valor do FEFSS						
Gasto Anual com Pensões ^{a)}	151,27%	146,96%	143,68%	130,44%	124,64%	116,44%
Proporção do PIB	11,18%	10,74%	9,59%	8,62%	8,16%	7,70%
Transferências Recebidas (€)	615 513 744,78	519 405 187,10	1 680 219 591,87	1 624 618 666,99	260 013 922,96	227 482 296,31
Transferências Recebidas Acumuladas (€)	12 471 504 985,31	11 855 991 240,53	11 336 586 053,43	9 656 366 461,56	8 031 747 794,57	7 771 733 871,61
Valor Acrescentado desde Início (€)	10 708 659 539,30	9 905 020 686,22	9 023 100 459,08	7 722 146 603,64	7 736 387 713,06	6 474 457 837,59
Rentabilidade Nominal Desde a Constituição	4,67%	4,74%	4,77%	4,59%	4,92%	4,65%
Gestão do FEFSS						
Retorno Nominal Médio Anual no Último Trínio	5,02%	3,94%	5,32%	2,63%	3,90%	5,67%
Varição Anual face ao Benchmark da Tutela (funding ratio) ^{b)}	0,23%	0,62%	-1,57%	-1,13%	0,99%	-2,83%
Excess Return Anual face a Benchmark Interno	0,16%	0,14%	-0,20%	0,17%	-0,17%	-0,25%
Rentabilidade Líquida	3,70%	4,33%	7,42%	-0,09%	8,86%	-0,57%
Volatilidade Anualizada	2,95%	5,52%	2,24%	2,46%	2,29%	4,81%
Montante Médio sob Gestão (MMG) (€)	21 968 988 600,55	20 357 270 963,24	18 226 535 387,37	15 877 387 041,96	14 599 958 550,05	13 930 223 264,21
Custos de Gestão, Transação e Custódia / MMG	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%

a) O cálculo do Gasto Anual com Pensões foi alterado este ano, com aplicação retroativa a 2015, por aproximação à metodologia utilizada pelo Tribunal de Contas.
b) A implementação da política de gestão estratégica com o objetivo *funding ratio* foi iniciada em 24.07.2009 face ao EFFAS Portugal. Desde janeiro de 2012 faz-se contra o Benchmark aprovado pelo Ministro da Tutela em dezembro de 2011.

Durante o ano 2021, manteve-se uma gestão autónoma da carteira de dívida pública portuguesa – que integra uma subcarteira designada de *Carteira de Dívida Pública Portuguesa*, decisão tomada em 2011 e que se tem mantido por força do disposto na Portaria n.º 216-A/2013, de 2 de julho, bem como, na sequência do crescimento da dimensão absoluta da subcarteira em questão, o que coloca desafios particulares à sua gestão.

A restante parte do FEFSS decompõe-se em três outras subcarteiras: a *Carteira Complementar*, a *Carteira Reserva Estratégica* e a *Carteira Benchmark*. A gestão de cada uma destas subcarteiras é efetuada em função das respetivas características e obedece a princípios específicos estabelecidos em sede de política de investimentos.

A gestão da *Carteira de Dívida Pública Portuguesa* é feita de acordo com uma política específica aprovada anualmente em função das circunstâncias do mercado de dívida nacional. Na *Carteira Reserva Estratégica* são incluídos investimentos considerados estratégicos pelo Estado Português ou com um horizonte de investimento de longo prazo e a que se exige um prémio de risco significativo. Já a *Carteira Complementar* visa agregar investimentos que contribuem para a melhoria do perfil risco-retorno do FEFSS, permitindo o investimento em fatores de risco distintos dos contemplados nas restantes subcarteiras. Por fim, a *Carteira Benchmark* visa a obtenção de retorno em excesso em relação ao *benchmark* aprovado pela tutela composto por ativos de elevada liquidez (ações de elevada capitalização bolsista e dívida governamental, de países da OCDE). Esta subcarteira é gerida tendo por referência a maximização do respetivo índice de *Sharpe*, isto é, da relação risco/retorno. Periodicamente são efetuados

rebalanceamentos a esta subcarteira e tomadas decisões de desvios táticos: desvios temporários aos rebalanceamentos periódicos que originaram, em 2021, um *excess return* de +0,16%.

No final do ano 2021, o valor do FEFSS equivalia a 151,27% do montante da despesa anual com pensões⁴. O valor do FEFSS, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) português, atingiu os 11,18%⁵.

A gestão dos ativos permitiu, desde a constituição do FEFSS e até 31.12.2021, acrescentar ao valor resultante de transferências acumuladas, o montante de 10 708 milhões de euros (o que significa que 46,20% do valor do FEFSS em final de 2021 é resultado da gestão). Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 4,67% desde o início (nos últimos 3 anos a taxa anual nominal média de rentabilidade é de 5,02%).

Regime Público de Capitalização / Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)

Em 31.12.2021, o Regime Público de Capitalização (RPC) contava com 10 076 aderentes, mais 405 do que em 31.12.2020, o que representa um acréscimo de cerca de 4%.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do RPC, um mecanismo de fomento à poupança, com gestão pública, destinado ao momento em que os cidadãos passem à condição de pensionistas e de aposentados por velhice ou por incapacidade absoluta e permanente. Com a adesão ao RPC os aderentes formam direitos complementares à sua pensão de reforma e de aposentação por velhice ou à sua pensão de invalidez absoluta, direitos esses que estão diretamente relacionados com os montantes acumulados na respetiva conta individual.

Em 31 de dezembro de 2021, existiam 37 809 069,50807 unidades de participação, distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal, com um valor unitário de 1,52793€. O valor médio dos CR em 2021 foi de 1,51311€.

A rentabilidade do FCR-A⁶. em 2021 foi de 1,85%. Esta medida, que compara o valor unitário dos Certificados de Reforma no final do ano com o do início do ano, não reflete exatamente o mecanismo de funcionamento do Regime Público de Capitalização, que se caracteriza por contribuições mensais constantes. Neste sentido, o aderente que tenha mantido um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2021, obteve uma variação do seu património de 1,82%.

⁴ Dados fornecidos pelo IGFSS, IP referentes ao período: Jan-21 a Dez-21 (valores provisórios)

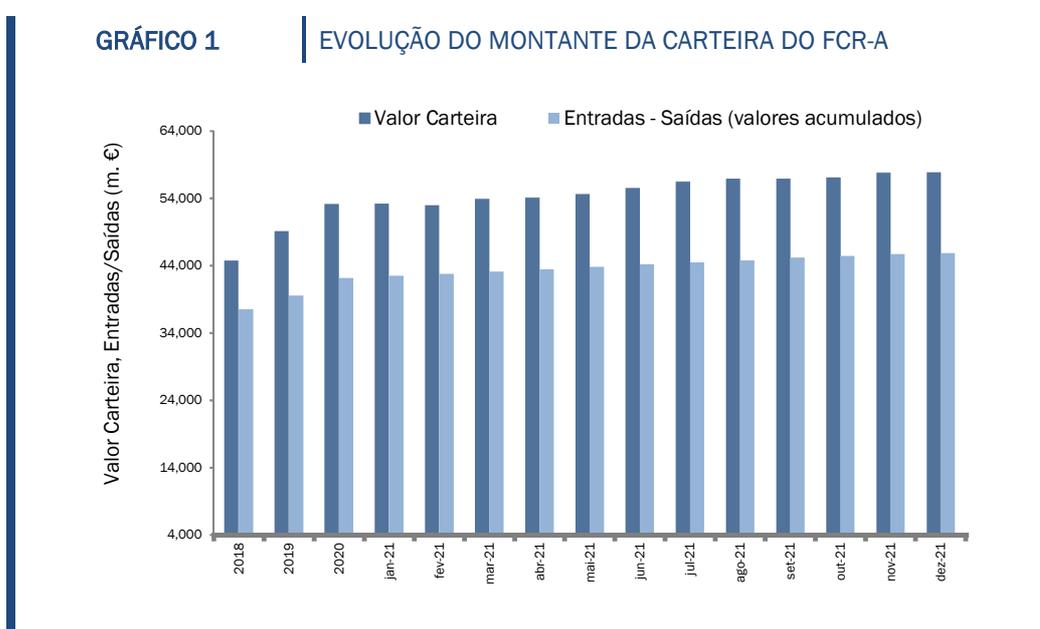
⁵ Dados divulgados pelo INE referentes ao período: IVº Trim. 2020 ao IIIº Trim. 2021 (Base 2016) - preços correntes

⁶ O FCR contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

O aderente que tenha mantido um montante mensal constante de entregas desde o início do Regime Público de Capitalização, isto é, desde abril de 2008, acumulava, em 31.12.2021, uma valorização média anual de +2,75%.

O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328 891,63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2021 ascendeu a 306 776,15 euros, a que corresponde um valor acumulado de 3 681 313,84 euros neste ano. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores totaliza o valor de 45 832 939,65 euros desde a criação do Fundo.

A carteira do FCR-A ascendia, em 31.12.2021, a 57 769 776,67 euros.

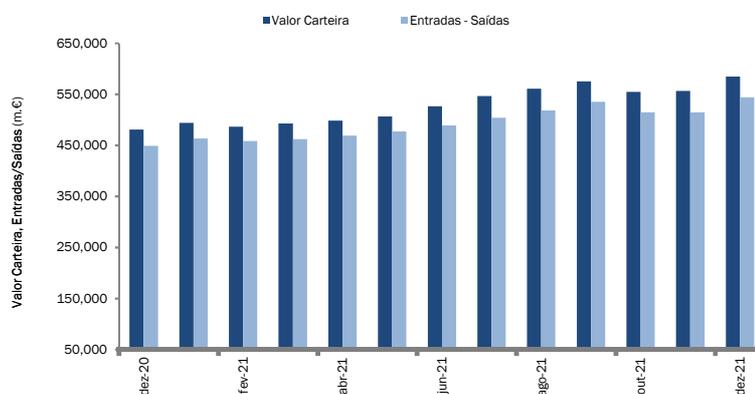


Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho de duração superior a 60 dias reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

As adesões ao FCT iniciaram-se a 14 de outubro de 2013 e o fundo tem vindo a registar um crescimento muito significativo.

GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DO MONTANTE DA CARTEIRA DO FCT



Deste modo, em 31 de dezembro de 2021, o valor do fundo ascendia a 584 903 742,92€, crescendo cerca de 21,6% face ao valor de 2020 (480 975 191,07€), reflexo do crescimento contínuo do número de contratos de trabalho ativos⁷ (2 216 990 contratos no final de 2021 contra os 1 994 800 no final de 2020, um crescimento de 11%), do aumento do número médio de contratos com entregas pagas no ano (mais cerca de 102 mil contratos face a 2020), bem como de um aumento superior a 4,6% no valor médio da entrega mensal (8,37€ contra os 8,00€ verificados em 2020).

O valor das unidades de participação do FCT era, em 31.12.2021, de 1,16535 €, contrastando com os 1,14513€ de 2020.

A rentabilidade do FCT em 2021 foi de 1,76%. Esta medida, que compara o valor unitário do FCT no final do ano com o do início do ano, não reflete exatamente o mecanismo de funcionamento do regime. Neste sentido, assumindo um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2021, obtém-se uma variação de 1,91%.

O aderente que tenha mantido um montante constante de entregas desde o início do regime, isto é, desde outubro de 2013, acumulava, em 31.12.2021, uma valorização média anual de +2,28%.

⁷ Número acumulado de contratos registados, líquidos de contratos cessados.

Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

Enquadramento Legal

O IGCSS é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cujo diploma orgânico foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, sob supervisão e tutela do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O IGCSS tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, a administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes e, nos termos do disposto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, a administração e a gestão do Fundo de Compensação do Trabalho.

Complementarmente, pode prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, o património do FEFSS é distinto do Património do IGCSS, embora aquele esteja integrado neste (n.ºs 3 e 4 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 203/2012). Por conseguinte são elaborados conta e orçamento específicos para o IGCSS e para o FEFSS.

O FCR é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento de Gestão do FCR, aprovado pela Portaria n.º 212/2008, de 29 de fevereiro.

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e destina-se a assegurar o direito do trabalhador ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho (n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto).

Missão, Visão e Valores

Visão

Ser reconhecido como a entidade pública especializada na gestão de ativos financeiros.

Missão

O Instituto tem como missão gerir riscos para gerar resultados.

Valores

O IGFCSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

- ✓ Especialização
- ✓ Eficácia
- ✓ Demonstração (*benchmarking*)

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo

- ✓ Mestre José António da Silva Vidrago, *Presidente*⁸ (a partir de 25.06.2021) e *Vice-Presidente*⁹ (até 24.06.2021);
- ✓ Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha, *Presidente*¹⁰ (até 24.06.2021);
- ✓ Dra. Teresa Paula Mota Raimundo, *Voga*¹¹ (a partir de 21.06.2021).

Conselho Consultivo¹²

- ✓ *Presidente*: Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal¹³;
- ✓ Mestre Emanuel Augusto dos Santos¹⁴, *personalidade de reconhecida competência em matéria económica e financeira*;
- ✓ Dra. Maria Isabel Ponte Duarte Mestre Barreiros¹⁵, *personalidade de reconhecida competência em matéria económica e financeira*;
- ✓ Dra. Teresa Maria Silva Fernandes, *em representação do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.*,¹⁶;

⁸ Designado por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º 6499/2021, de 25/06, publicado na 2.ª série do DR em 2 de julho.

⁹ Designado por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º 7531/2020, de 17/07, publicado na 2.ª série do DR em 30 de julho.

¹⁰ Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 10635/2018, de 30/10, publicado na 2.ª série do DR em 16 de novembro.

¹¹ Designada por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º 6498/2021, de 18/06, publicado na 2.ª série do DR em 2 de julho.

¹² Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 7147/2017, de 03/08, publicado na 2.ª série do DR em 16 de agosto.

¹³ Designado por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º 7836/2021, de 22/07, publicado na 2.ª série do DR em 10 de agosto.

¹⁴ Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 7460/2019, de 14/08, publicado na 2.ª série do DR em 22 de agosto.

¹⁵ Designada por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º 7836/2021, de 22/07, publicado na 2.ª série do DR em 10 de agosto.

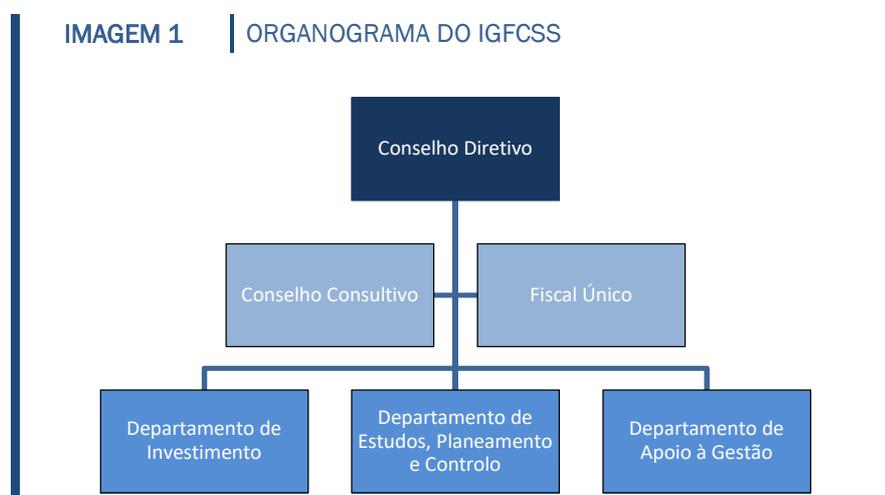
¹⁶ Designada por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 9059/2018, de 13/09, publicado na 2.ª série do DR em 26 de setembro.

- ✓ Dr. António Pontes Correia, em representação do Instituto de Gestão do Crédito Público, E.P.E.¹⁷;
- ✓ Dr. Tiago Cunha, em representação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- ✓ Sr. Sérgio Alexandrino Monteiro do Monte, em representação da União Geral de Trabalhadores;
- ✓ Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Morais, em representação da Confederação dos Agricultores de Portugal;
- ✓ Dra. Ana Vieira, em representação da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;
- ✓ Dr. Rafael Campos Pereira, em representação da Confederação da Indústria Portuguesa;
- ✓ Dr. Nuno Bernardo, em representação da Confederação do Turismo de Portugal.

Fiscal Único¹⁸

- ✓ Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda.

Organograma



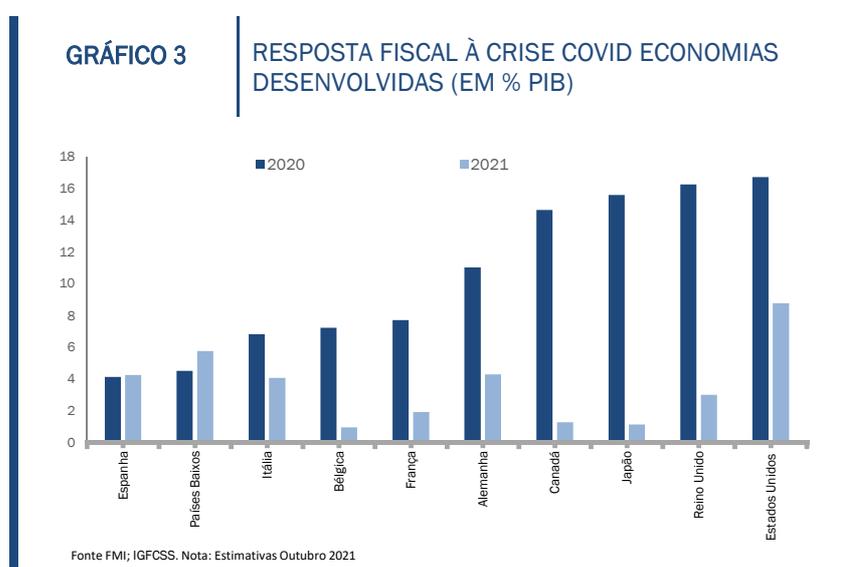
¹⁷ Designado por Despacho da Secretária de Estado da Segurança Social n.º 9059/2018, de 13/09, publicado na 2.ª série do DR em 26 de setembro.

¹⁸ Designado por Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 3378/2013, de 28 de janeiro, publicado na 2.ª série do DR em 4 de março.

Enquadramento da Atividade em 2021

Contexto Geral e Acontecimentos Relevantes 2021

A recuperação da atividade económica global desde meados de 2020 tem sido mais vigorosa do que o esperado, com uma produção na maioria dos países próxima ou acima dos níveis pré-pandémicos, refletindo o apoio político rápido e massivo às empresas e famílias desde o início da crise, medidas de saúde pública bem-sucedidas para limitar a transmissão da COVID-19 e, acima de tudo, a rápida implementação de vacinas eficazes.



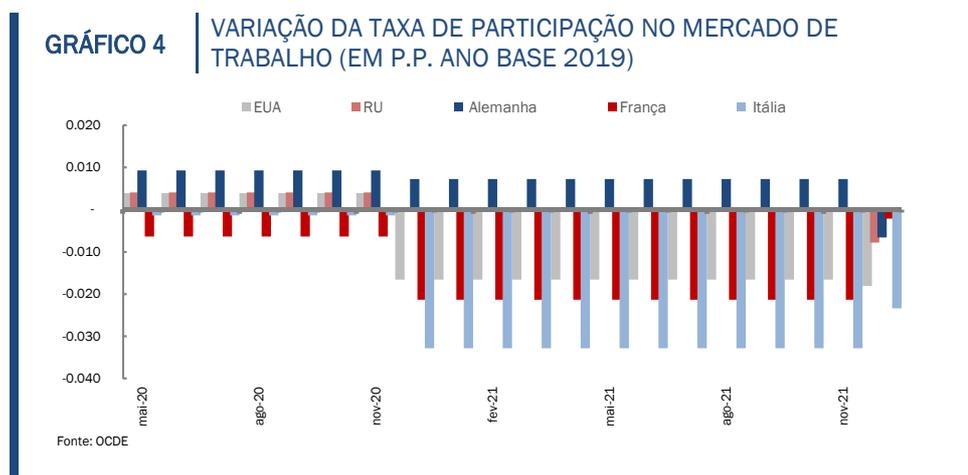
Contudo, o crescimento observado ainda não permitiu uma recuperação integral da economia global dos efeitos da pandemia. O PIB global em meados de 2021 era ainda 3,5% inferior ao projetado antes da pandemia e a perda foi proporcionalmente maior para as economias de mercados emergentes do que para as economias avançadas.

Os setores de contacto intensivo têm sido particularmente atingidos, contribuindo para a recuperação incompleta dos mercados de trabalho. Entre os países da OCDE, menos 7,5 milhões de pessoas trabalhavam no terceiro trimestre de 2021 do que no quarto trimestre de 2019. Muitas economias emergentes e em desenvolvimento também sofreram quedas no emprego durante a pandemia. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mesmo em economias onde o número de pessoas em atividade em meados de 2021 estava próximo ou mesmo acima do seu nível pré-pandémico, o total de horas de trabalho era ainda inferior ao de finais de 2019.

A rápida recuperação da procura global durante o ano passado e a recuperação mais lenta da capacidade de produção em alguns setores, geraram escassez da oferta. Embora novas infeções e mortes motivadas pela COVID-19 tenham sido substancialmente reduzidas em muitas economias avançadas, continuaram a ocorrer surtos em algumas partes do mundo, incluindo

em muitas economias europeias nas últimas semanas do ano, alargando algumas restrições de abastecimento e criando novas, resultando numa perda de dinamismo visível nos indicadores económicos. As interrupções e outras restrições sanitárias decorrentes da propagação contínua da COVID-19 em todo o mundo, contribuíram para as persistentes perturbações de abastecimento que estão a travar a recuperação, colocando uma forte pressão ascendente sobre alguns preços. Os indicadores dos prazos de entrega dos fornecedores subiram para níveis muito elevados em muitas economias avançadas, particularmente na Europa e América do Norte, e os níveis de *stocks* diminuíram substancialmente em muitas indústrias. Os inquéritos às empresas sugerem que a maioria das empresas não espera que as ruturas de abastecimento sejam resolvidas antes da última metade de 2022. Os surtos de COVID-19 levaram ao encerramento de portos chave, tais como Shenzhen e Ningbo na China, criando estrangulamentos na navegação e abrandando o tráfego de contentores. A pandemia foi também um fator responsável pelo encerramento de fábricas que produzem microprocessadores, o que, por sua vez, travou a produção de mercadorias que utilizam esses componentes, especialmente automóveis.

Nos mercados de trabalho, surgiram também sinais de escassez, embora o emprego global ainda não tenha recuperado totalmente da pandemia. Em parte, isto pode refletir mudanças na localização das atividades ou mudanças nas competências necessárias no contexto da pandemia (nomeadamente decorrentes da mudança repentina do consumo de serviços para bens em muitas economias e da maior importância do consumo *online*). Tal pode também ser observado na mudança desfavorável na relação entre vagas de emprego e a taxa de desemprego - a curva de Beveridge - em algumas economias, como é o caso dos Estados Unidos. Em contraste, em economias como a Alemanha e a França, onde os programas de manutenção de emprego eram relativamente amplos e os correspondentes empregos foram preservados, a relação entre ofertas de emprego e desemprego parece ter sido pouco alterada no rescaldo da pandemia. Essa lógica destaca a importância de observar as inadequações de competências (uma forma de desemprego estrutural) ao analisar os mercados de trabalho, uma vez que tais inadequações impedem os trabalhadores desempregados de aceitar empregos disponibilizados.



A pandemia levou algumas pessoas a retirarem-se do mercado de trabalho, por vezes optando por se reformar mais cedo. Surgiram também situações de escassez em setores e países normalmente dependentes de grandes fluxos transfronteiriços para a força de trabalho. A migração permanente, mas também a migração laboral temporária, diminuíram acentuadamente. A necessidade de readmitir trabalhadores à medida que setores como a hotelaria e as viagens reabriram progressivamente colocou assim uma pressão ascendente sobre os salários, especialmente em países como os Estados Unidos, onde houve menos preservação de trabalhadores permanentes. Contudo, apesar de um aumento das expectativas de inflação a curto prazo, o crescimento salarial esperado continua a ser semelhante ao padrão pré-pandémico.

A COVID-19 e outras perturbações no fornecimento impulsionaram os preços das mercadorias durante o ano, numa altura em que a procura destas mercadorias, embora aumentando rapidamente, ainda era menor em termos de volume do que antes da pandemia. Os preços do petróleo quase duplicaram entre meados de 2020 e finais 2021, um período durante o qual a produção global foi consistentemente inferior aos níveis de 2019. Foram observados padrões semelhantes para o carvão, alguns metais, e para uma gama de produtos agrícolas e industriais. Os preços do gás e os custos da eletricidade também subiram, com o pico nos preços da energia na viragem do ano a resultar de uma mistura complexa de causas, sendo diretamente sentido pelas famílias, ajudando a explicar o forte aumento das expectativas de inflação no curto prazo em muitos países.

A inflação geral e, em menor grau, a inflação subjacente, aumentaram acentuadamente na maioria dos países durante o ano passado. Entre as grandes economias avançadas, o aumento foi particularmente intenso nos Estados Unidos, e, em menor grau, no Reino Unido e na Alemanha. Os preços das mercadorias subiram de forma especialmente acentuada, tal como os preços em muitos setores de bens duradouros, especialmente nos Estados Unidos, onde a mudança na procura dos consumidores de serviços para bens foi particularmente acentuada. Houve um aumento mais moderado da procura de bens duradouros na zona euro, e os aumentos de preços destes bens foram, por conseguinte, muito mais moderados. Os efeitos de base estão também a afetar as flutuações da inflação anual. Alguns preços caíram na maioria dos países na fase inicial da pandemia, criando uma base baixa para variações homólogas em 2021. Finalmente, grandes mudanças induzidas pela pandemia nos padrões de consumo e preços relativos criaram alguns desafios à medição da inflação.

GRÁFICO 5 | STRESS FINANCEIRO E SURPRESAS ECONÓMICAS

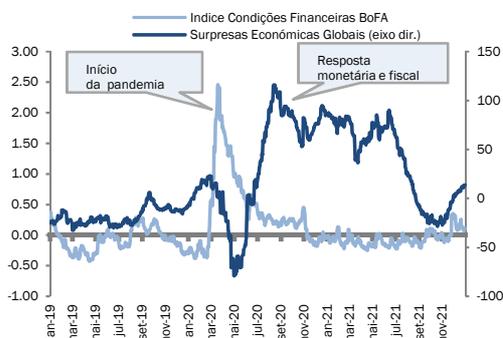
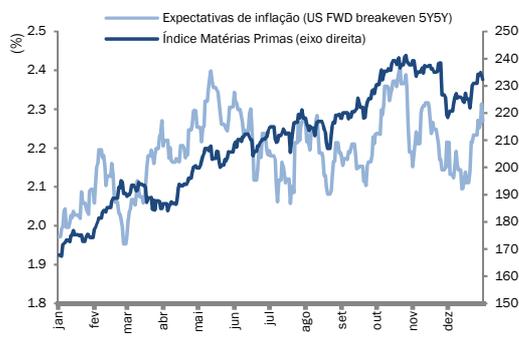


GRÁFICO 6 | COMMODITIES E EXPETATIVAS DE INFLAÇÃO



As condições financeiras têm-se mantido geralmente muito favoráveis a nível mundial no último ano, e têm tendido a evoluir de forma semelhante nas grandes economias avançadas. Em contraste, a evolução tem sido mais diversificada nas economias de mercados emergentes. O sinal dado pela Reserva Federal dos EUA, de que a cessação das compras de ativos estaria iminente, conduziu a alguma reavaliação dos preços dos ativos financeiros a partir do final do ano.

A maioria das economias avançadas atingiu elevadas taxas de vacinação, a ameaça de novas vagas de hospitalizações e mortes está a diminuir, embora em alguns casos as taxas de contágio permaneçam elevadas, e os países com taxas de vacinação mais baixas permanecem expostos ao risco de novos surtos importantes. Em grande parte do resto do mundo, as taxas de vacinação permanecem baixas, embora se espere que a entrega de vacinas às economias emergentes e em desenvolvimento melhore de forma constante em 2022 e 2023. Assim, a menos que surjam novas variantes mais perigosas do vírus, a COVID-19 deverá tornar-se progressivamente um fator menos relevante nos resultados económicos globais ao longo dos próximos anos. Uma implicação importante deste facto é que algumas das ruturas de abastecimento associadas à pandemia nos últimos 18 meses deverão diminuir, mesmo que não de uma forma linear e a ritmos diferenciados. Um desagravamento da pandemia também estimularia a normalização dos padrões de procura entre bens e serviços. Juntamente com a atenuação das perturbações do abastecimento, tal deverá facilitar uma recuperação económica global contínua e eliminar algumas pressões inflacionistas, mas não tornará necessariamente a recuperação mais equilibrada. A produção nos países avançados irá provavelmente convergir na trajetória esperada antes da pandemia, mas prevê-se que os países de rendimento mais baixo permaneçam muito aquém da sua trajetória pré-pandémica.

Outro fator-chave que impulsionou a forte recuperação inicial da atividade e apoiou a dinâmica da recuperação até agora, tem residido em políticas fiscais e monetárias expansionistas. Na maioria dos países, os decisores políticos começaram a retirar progressivamente os estímulos, à medida que a atividade do setor privado normaliza, as pressões inflacionistas a médio prazo

aumentam e os hiatos do produto se fecham. As previsões de um regresso à trajetória pré-pandémica refletem o pressuposto de que os decisores políticos são bem-sucedidos na progressiva supressão dos estímulos, remoção esta que seria compensada por uma maior despesa e menor poupança por parte dos agregados familiares e das empresas, utilizando por exemplo poupanças adicionais acumuladas durante a pandemia. Poder-se-á igualmente observar um período sustentado de reposição de stocks à medida que as ruturas de abastecimento vão sendo resolvidas, o que reforçaria a procura interna.

Para a maioria das economias, o crescimento projetado em 2022-23 será mais rápido do que o crescimento estimado da produção potencial, permitindo a muitos deles regressar, ou mesmo ultrapassar ligeiramente, a trajetória da produção que foi projetada antes do início da pandemia. Isto levanta a questão de saber se este cenário representa um regresso, após o grande choque imposto pela COVID-19, à situação que prevalecia nos anos imediatamente anteriores à crise sanitária. O período da pandemia resultou num crescimento mais lento, numa queda do investimento e numa intensificação das fricções comerciais. Contudo, o investimento empresarial tem vindo a recuperar rapidamente em 2021 e prevê-se que o investimento produtivo líquido aumente consistentemente em 2022-23, apoiado por um investimento governamental mais forte, especialmente na zona do euro. Além disso, a crise desencadeou grandes mudanças nas práticas empresariais em muitos negócios. Levará tempo a aferir os efeitos agregados destas mudanças na produtividade de toda a economia, mas alguns dados iniciais sugerem que o efeito líquido na produtividade das empresas tem sido positivo.

Atividade Económica e Preços – Portugal

Depois de um recuo de 7,6% em 2020, o pior resultado da atual série das contas nacionais calculada pelo INE, o desempenho da economia portuguesa no último ano é de forte recuperação, traduzindo-se numa expansão de 4,9%. A evolução da pandemia, apesar de menos penalizadora para o crescimento, foi ainda determinante na atividade, sobretudo no 1T, altura em que o PIB contraiu 3,0% Q/Q devido à reintrodução de um novo confinamento associado à segunda vaga da pandemia. A partir daí observa-se uma recuperação contínua ao longo dos restantes trimestres (com expansões trimestrais em cadeia de 4,3%, 3,9% e 1,6%, respetivamente), insuficientes para a recuperação integral dos níveis de produto pré-pandémico. O nível do PIB no 4T de 2021 situava-se ainda 1,6% aquém desse referencial obtido no 4T de 2019.

A recuperação registada foi, pois, o resultado da continuação da retoma que já havia sido iniciada no 3T de 2020, mas que foi sofrendo interrupções devido às vagas pandémicas adicionais que foram surgindo. Nesse sentido, ela é particularmente notada nas componentes que mais haviam recuado em 2020, designadamente no consumo das famílias (cujo crescimento terá sido de 5,6% vs -7,3% em 2020), no investimento das empresas (7,3% vs -5,7%) e no contributo negativo da procura externa bastante inferior ao registado no ano anterior. As exportações recuperaram 13,5% (-18,6% em 2020), beneficiando da retoma observada na atividade de turismo

e no comércio internacional como um todo. Na comparação da performance com os restantes países europeus, verifica-se que Portugal se situa muito perto, mas novamente abaixo do desempenho da média da Zona Euro (+5,3%), o que significa o segundo ano consecutivo de divergência face à referência. O *output gap* permaneceu negativo, mas registou algum alívio, não se prevendo que seja fechado antes de 2023.

GRÁFICO 7 | PIB REAL E OUTPUT GAP PORTUGAL

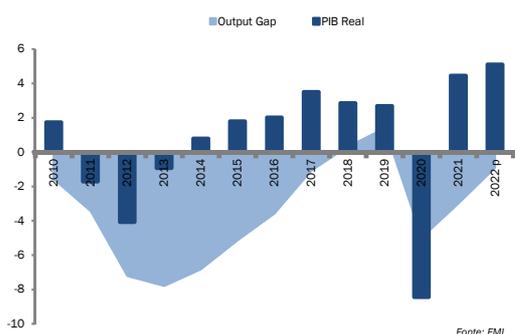
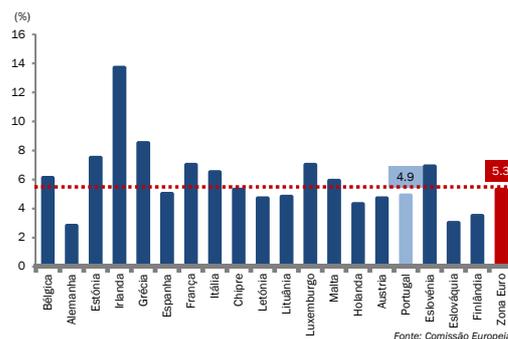


GRÁFICO 8 | COMPARAÇÃO PIB COM PAÍSES ZONA EURO



Depois de um ano de 2020 de esforço suplementar ao nível das finanças públicas, com o Governo a ter que lançar um vasto programa de apoio às empresas e às famílias, observa-se no decurso deste último ano algum alívio nos gastos do Estado, o que permitiu em conjunto com a evolução favorável da atividade económica e diminuição do desemprego, uma redução do défice orçamental de 7,1% em 2020 para 3,3% em 2021. Esta redução, em conjunto com as estimativas de expansão do PIB nos próximos anos afigura-se particularmente necessária, atendendo ao atual rácio de dívida pública (128,1% vs 135% em 2020), num contexto de aumento das taxas de juro nos mercados de dívida soberana e perante a expectativa de uma atuação menos expansionista do que a atual por parte do BCE. As obrigações do tesouro portuguesas a 10 anos iniciaram o ano com taxas de remuneração perto de 0%, recolhendo no final de 2021 valores em torno de 0,60% e nos primeiros dois meses de 2022 valores já acima da fasquia de 1,0%. Por outro lado, será igualmente muito bem-vindo o conjunto de apoios da União Europeia anunciados no âmbito do Fundo de Recuperação e Resiliência, inserido no quadro plurianual 2021-2027.

Tal como no conjunto dos países da Zona Euro, também em Portugal a evolução dos dados relativos ao mercado de trabalho foi em baixa pronunciada e numa dimensão relativamente semelhante. A taxa de desemprego média em 2021 foi de 6,6% face a 7,1% em 2020. A trajetória de descida da taxa de desemprego foi constante ao longo do ano, atingindo-se 5,9% no mês de dezembro. Este número da taxa de desemprego apresenta hoje características mais “normais” do que ocorria há um ano, uma vez que foi acompanhado da reposição de uma taxa de participação semelhante à do registo antes da pandemia se ter iniciado, acima dos 59%. A população desempregada reduziu-se em cerca de 41 mil pessoas (para 327 mil pessoas), ao passo que o número de empregados subiu em cerca de 175 mil pessoas (para 4 866 mil pessoas).

GRÁFICO 9 | TAXA DE DESEMPREGO PORTUGAL VS ZONA EURO

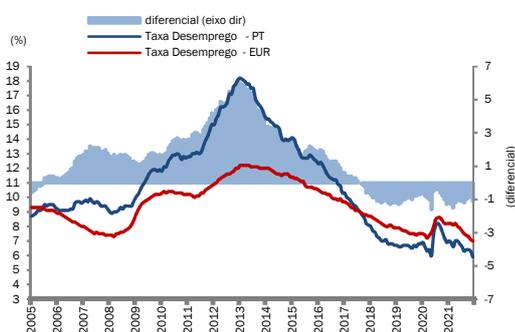
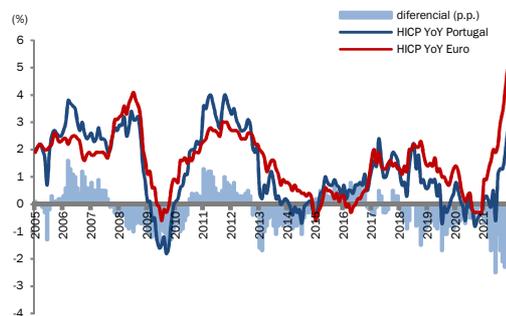


GRÁFICO 10 | INFLAÇÃO HOMÓLOGA PORTUGAL VS ZONA EURO



No que diz respeito à inflação, observa-se uma trajetória de intensa subida, idêntica à da Zona Euro a partir da segunda metade do ano, mas numa magnitude bastante inferior à do conjunto da região. Iniciando o ano em território de contração de preços (-0,3% Y/Y), a inflação homóloga passa para terreno positivo a partir de julho e fecha 2021 com um registo de 2,8% Y/Y, o maior desde 2012. A inflação média em 2021 foi de apenas 0,9%, o que compara com -0,1% em 2020. Na Zona Euro, o registo de dezembro de 2021 foi de 5,0% e a média do ano situou-se em 2,6%. Um dos principais fatores que impulsionou a inflação foi a componente energética, por um lado, devido a efeitos base positivos face ao desempenho desta rubrica no ano anterior e, por outro lado, devido ao aumento contemporâneo expressivo nos preços do petróleo nos últimos meses do ano. Adicionalmente, a inflação core é puxada em alta ao longo do segundo semestre, destacando-se o efeito da reabertura da economia nos serviços, designadamente no setor de hotelaria e lazer, e o desvanecimento progressivo de medidas excecionais de apoio às famílias no âmbito da pandemia. Os produtos alimentares, que tinham sido os mais afetados em alta pelo contexto pandémico em 2020, apresentaram uma tendência de abrandamento ao longo de 2021, mas começam novamente a acelerar no último trimestre do ano, condicionados já por pressões inflacionistas gerais e pela expectativa de aumentos salariais mais intensos.

Contas do Exercício

Situação Patrimonial

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto:

- ✓ *O IGFCSS dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento de Estado e pelo Orçamento da Segurança Social para funcionamento, em contrapartida pelo serviço de administração e gestão dos fundos sob sua gestão (n.º 1 do artigo 11.º);*
- ✓ *O saldo das receitas referidas nos números anteriores [abarcando a totalidade das receitas do IGFCSS] verificado no final de cada ano transita automaticamente para o FEFSS, independentemente de quaisquer formalidades (n.º 3 de artigo 11.º).*

Da leitura destas duas normas resulta claro, desde logo, que todos os custos de funcionamento do IGFCSS são financiados por verbas do Orçamento do Estado (OE) ou do Orçamento da Segurança Social (OSS). Com efeito, todas as despesas que resultam da sua atividade são previamente enquadradas e balizadas por um orçamento anual, sujeito à aprovação da tutela, sendo o valor correspondente transferido do FEFSS. Não faz por isso qualquer sentido considerar que a sua exploração possa ser deficitária.

Por outro lado, todo o dinheiro que o IGFCSS receba para financiamento da sua atividade (proveniente do OE, do OSS ou de qualquer outra fonte de financiamento, designadamente das verbas que lhe são pagas pelo FCR e pelo FCT, que não seja gastas no exercício são integradas no FEFSS. Resulta desta norma que, se por um lado a exploração não é deficitária, por outro lado, ela também não é superavitária.

Neste contexto, pode concluir-se que, em contínuo, a situação patrimonial é naturalmente neutra.

Como forma de assegurar uma imagem fiel e verdadeira da situação patrimonial do IGFCSS, evitando que a perspetiva temporal aplicada aos conceitos ligados à ótica patrimonial (custos e proveitos) decorrente da aplicação do princípio da especialização de exercícios os distancie dos conceitos ligados à ótica orçamental (despesas e receitas) que norteia o financiamento do Instituto, gerando temporariamente resultados (positivos ou negativos) que desviam a situação patrimonial do Instituto da posição neutra que deve assumir, procede-se, naquelas situações, ao acréscimo ou diferimento de proveitos e custos por contrapartida dos valores a transferir pelo FEFSS.

O procedimento assenta no princípio contabilístico da continuidade, tem em conta as normas que regem o financiamento da atividade do Instituto acima apresentadas e aplica-se, sem exceção, a situações que a prazo são neutras do ponto de vista dos resultados. Em consequência da aplicação deste procedimento, o resultado líquido do Instituto em 2021 é nulo.

Conta de Exploração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm uma estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

TABELA 3 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2021	31.12.2020
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	774 133,38	739 005,47
Custos com Pessoal	1 478 967,01	1 352 099,62
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	32 862,90	30 721,72
Provisões do Exercício	2 200,58	6 161,64
Custos e Perdas Financeiros	4 501,88	1 345,45
Custos e Perdas Extraordinários	30 131,05	40 582,43
	2 322 796,80	2 169 916,33
Transferências Concedidas	160 684,80	38 191,70
Proveitos e Ganhos		
Prestações de Serviços	141 095,73	124 866,95
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 150 000,00	2 003 000,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	127,94	228,59
Proveitos e Ganhos Extraordinários	192 257,93	80 012,49
	2 483 481,60	2 208 108,03
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00

Os proveitos obtidos pelo IGFCCS em 2021 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo OSS, através do FEFSS¹⁹, da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)²⁰ e do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)²¹. As dotações atribuídas pelo OSS correspondem à imputação ao FEFSS dos custos de funcionamento e despesas de investimento do IGFCCS, IP incorridas por este no ano económico.

De acordo com o estipulado no artigo 91.º, da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Segurança Social), os saldos de gerência do IGFCCS são transferidos para o FEFSS.

Excluída a devolução dos saldos de gerência de 2020 e do resultado apurado na especialização dos exercícios imputado ao FEFSS (160 684,80€) os custos de funcionamento do Instituto, que ascenderam a 2 322 796,80€, correspondem a 0,010% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano (22 530 486 989,81€) e concentram-se nas rubricas de custos com pessoal (63,67%) e fornecimentos de bens e serviços (33,33%). Destes, a maioria (72,62%) correspondem aos encargos com as instalações (176 647,83€) e ao custo dos terminais de informação financeira Bloomberg (385 556,35€).

¹⁹ Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto.

²⁰ Conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro.

²¹ Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro.

Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto ‘*Os membros do conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios, a gestor público*’. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2012, de 7 de março, o IGFCSS é classificado no grupo A. Os vencimentos correspondentes ao grupo A encontram-se concretizados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, aos quais se aplica o corte previsto no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo, o n.º 4 do artigo 30.º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os respetivos membros não são remunerados, podendo, contudo, ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, esta encontra-se fixada no Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, de 28 de janeiro de 2013, em 17% do montante fixado para o vencimento base mensal ílquido do respetivo presidente do órgão diretivo, após aplicação do corte previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Tratando-se de uma prestação de serviços este montante é acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Relatório de Autoavaliação

O presente capítulo visa dar cumprimento ao previsto nos artigos 15.º e 31.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização - para o ano de 2021 incluía os seguintes objetivos operacionais:

EFICÁCIA

- ✓ OP 1 Assegurar Retorno de longo prazo do FEFSS adequado;
- ✓ OP 2 Controlar volatilidade do FEFSS;
- ✓ OB 3 Controlar a volatilidade dos Fundos.

EFICIÊNCIA

- ✓ OP 4 Garantir contenção dos custos de transação;
- ✓ OP 5 Controlar o crescimento da estrutura.

QUALIDADE

- ✓ OP 6 Controlar Processos;
- ✓ OP 7 Informação atempada a participantes nos fundos (artigo 25.º Lei OE 2020);
- ✓ OP 8 Criar condições que facilitem a gestão do tempo pelos colaboradores (artigo 25.º Lei OE 2020).

TABELA 4 | OBJETIVOS DO QUAR 2021 – RESULTADOS

Objetivos	Não Atingidos	Atingidos	Superados
Eficácia			3
Eficiência			2
Qualidade			3

O objetivo ‘*Assegurar Retorno de longo prazo do FEFSS adequado*’ é medido através da diferença entre o retorno médio anual do FEFSS e o custo aparente da dívida pública portuguesa (aferido em períodos móveis de 5 anos); este indicador foi superado, uma vez que o referido diferencial se fixou em 2,04 ponto percentuais, quando a meta era 0 com tolerância de 0,50 pontos percentuais. O valor realizado foi inferior em 1 ponto base (0,01 pontos percentuais) o valor crítico (2,05%).

A carteira sujeita a *benchmark* tem como referência externa a carteira aprovada pela tutela. Para “*Controlar a Volatilidade do FEFSS*” foi definido como indicador ‘a percentagem de semanas com *tracking error* exponencial do FEFSS fora do limite’ cuja meta era 17,5% com uma tolerância de 2,5%. Em 2021 o *tracking error* exponencial esteve fora do limite 0 semanas, pelo que o objetivo foi superado.

O objetivo ‘Controlar a volatilidade dos fundos’ integrava dois indicadores, cada um com um peso de 50%, referentes à percentagem de semanas com *tracking error* exponencial do Fundo dos Certificados de Reforma e do Fundo de Compensação do Trabalho fora do limite; a meta

era 17,5% com tolerância de 2,5%. Em ambos os casos o resultado foi 0%, ou seja, 0 semanas com o *tracking error* fora do limite, pelo que os objetivos foram superados.

Para o objetivo 'Garantir a contenção dos custos de transação' definiu-se como indicador a percentagem dos custos de transação nas operações de compra e venda de ações, cuja meta era 0,025% com tolerância de 0,0025%. Tendo o indicador atingido o valor de 0,009%, o objetivo foi superado.

Para atingir o objetivo 'Controlar o crescimento da Estrutura', foi definido o indicador "Percentagem que os custos de gestão (IGFCSS) representam no valor médio sobre gestão (FEFSS)" com a meta de 0,020% e tolerância de 0,005%. Tendo o resultado sido de 0,010% o objetivo foi superado.

O IGFCSS é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O indicador dos processos de negócio atingiu o valor de 78,57%, valor que excede o limite superior do intervalo de tolerância (65%) pelo que se considera superado.

O indicador de processos de suporte atingiu o valor de 93,75% contra uma meta de superação de 85% considerando-se, assim, que o objetivo foi superado. O efeito conjunto destes dois indicadores, com um peso de 50% cada, é a métrica para avaliação do objetivo 'Controlar Processos'. Considera-se este objetivo como superado atendendo ao resultado descrito para cada indicador.

Para dar cumprimento ao estipulado no artigo 25.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, (Lei do Orçamento do Esta para o ano de 2020) foram definidos os objetivos "Informação atempada a participantes nos fundos" e "Criar condições que facilitem a gestão do tempo pelos colaboradores". No primeiro caso foram definidos dois indicadores, um para o FCR e outro para o FCT, que aferem o número de meses com atraso na publicação do respetivo folheto. Em ambos o valor registado foi de 0, pelo que o objetivo foi superado. No segundo caso procedeu-se à avaliação da satisfação com a dispensa de serviço prevista no artigo 14.º do Regulamento de Horário de Trabalho do IGFCSS (resultado do questionário interno, escala 1-5), o resultado foi de 4,18, valor que excede o limite superior do intervalo de tolerância (3,30) pelo que o objetivo se considera superado.

Atividades previstas e não previstas e resultados alcançados

O plano de atividades do IGFCCS para 2021 incluía os seguintes projetos:

ATIVIDADES CORRENTES

- i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS, FCR-A e FCT;
- ii. Gestão tática da carteira do FEFSS;
- iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC);
- iv. Administração do Fundos de Compensação do Trabalho (FCT);

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- v. Contratação e integração de recursos humanos;
- vi. Implementação do SNC-AP;
- vii. Melhorias operacionais no FCT;
- viii. Explorar novas vertentes na componente de execução das decisões de investimento;
- ix. Revisão crítica de procedimentos de geração de estimativas de retorno de longo prazo (*input* aos algoritmos de alocação estratégica);
- x. Acompanhamento da economia e mercados da China;

i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS, FCR-A e FCT

Como mencionado nos relatórios de anos anteriores, em resultado da elevada volatilidade da dívida pública portuguesa, procedeu-se a alterações nas carteiras de referência estratégica dos fundos, das quais foi excluída a dívida pública portuguesa. No caso do FEFSS a carteira de referência foi aprovada pela tutela; para o FCR foi definida como carteira de referência o índice de dívida pública Alemã (1-10 anos) e para o FCT foi aprovada em 2021, pelo respetivo Conselho de Gestão, nova alteração à carteira de referência que passou a ser aferida por um índice composto em 46% por dívida pública de emitentes da zona euro, 46% pela taxa €STR e 8% por um índice composto de ações.

Mensalmente, a carteira de referência do FEFSS é avaliada através da maximização da rentabilidade por unidade de risco (índice de *Sharpe*) e o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, decide sobre o rebalanceamento da carteira originando um referencial interno sobre o qual decide desvios táticos. Em 2021 efetuaram-se quatro rebalanceamentos (março, junho, setembro e dezembro).

Relativamente ao FCR, o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice

de dívida pública alemã (1-10 anos) e avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2021 foram efetuados quatro rebalanceamentos (março, junho, setembro e dezembro).

No que diz respeito ao FCT, o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução dos mercados que compõem o índice *benchmark* composto do FCT, o nível de indexação à carteira de referência. Em 2021 foram efetuados quatro rebalanceamentos (março, junho, setembro e dezembro).

ii. Gestão tática da carteira do FEFSS

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1.^a e 3.^a semana de cada mês, à carteira de referência estratégica descrita em i. O resultado destes desvios é aferido pelo *excess return* que foi, em 2021, de +0,16%.

iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC)

O IGFCSS é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social (Direção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Instituto da Segurança Social, IP e Instituto de Informática, IP) com vista ao normal funcionamento das relações do Sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Estas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas, pagamento e controlo.

iv. Administração do Fundo de Compensação do Trabalho

O IGFCSS a entidade gestora do FCT, criado pela Lei n.º 70/2013, sendo responsável quer pela sua gestão quer por todo o trabalho de administração do fundo.

Durante o ano de 2021 o esforço incidiu, maioritariamente, na procura de respostas que, ultrapassando os constrangimentos do sistema informático, permitissem atender às solicitações das entidades empregadoras.

v. Contratação e integração de Recursos Humanos

Na sequência das dificuldades sentidas com a contratação de técnicos com vínculo à administração pública, iniciou-se, em 2017, o processo com vista a obtenção de autorização do Ministro das Finanças para abrir procedimento concursal para a contratação de 7 técnicos superiores sem vínculo à administração pública. Tendo sido autorizada, em 2020, a contratação externa de 3 técnicos superiores, o respetivo procedimento concursal, iniciado nesse ano, foi concluído em 2021, tendo o processo de integração dos colaboradores selecionados sido iniciado já em 2022.

vi. Implementação do SNC-AP

O Tribunal de Contas vem recomendando a integração da contabilidade do Instituto, e dos fundos geridos, na aplicação SIF-SAP.

Após a separação, em 2011, das entidades IGFSS e FEFSS iniciou-se o processo de parametrização da entidade Instituto. Contudo, a integração da contabilidade do Instituto no SIF significava igualmente a integração do FCR cujos registos contabilísticos, seguindo as regras da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, são efetuadas em contas à ordem da entidade gestora.

Como mencionado em relatórios de anos anteriores este processo tem sido lento em resultado das dificuldades no desenvolvimento do interface entre o sistema de gestão de ativos TRADER e o SIF-SAP e da insuficiência de recursos humanos na área da contabilidade, problema que começou a ser ultrapassado em 2016.

A contabilidade do FCT, que tem que ser articulada com todo o sistema dos fundos de compensação, foi programada para ser efetuada na aplicação SIF de forma a garantir consistência nas operações com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS) e com o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

Em 2017, foi decidido que esta integração deveria decorrer em sede dos sistemas a desenvolver no âmbito da implementação do SNC-AP. Desde 2018 o IGFSS tem participado nos grupos de trabalho criados com o objetivo de proceder àquela implementação na Segurança Social.

O processo de implementação encontra-se em curso, estimando-se a sua conclusão conjuntamente com as restantes entidades do perímetro da Segurança Social.

vii. Melhorias operacionais no FCT

Em articulação com o IGFSS, entidade gestora do FGCT, foi feita a identificação de diversas melhorias a implementar no sentido de procurar ultrapassar os principais constrangimentos do sistema de suporte e que foram partilhadas com o Instituto de Informática, IP (II). Está em curso a interação com o II no sentido de permitir a elaboração de um plano de trabalhos.

viii. Explorar novas vertentes na componente de execução das decisões de investimento

Pretendia-se encontrar e explorar novas vertentes de geração de valor acrescentado ao nível da componente de execução das decisões de investimento.

Atividade não executada por falta de recursos humanos.

ix. Revisão crítica de procedimentos de geração de estimativas de retorno de longo prazo (input aos algoritmos de alocação estratégica)

Pretendia-se explorar oportunidades de melhoria nos procedimentos de determinação das estimativas de retorno de longo prazo usadas como input aos algoritmos de alocação estratégica dos vários fundos, no sentido de criar/preservar valor para os donos dos fundos através de uma gestão estratégica ajustada aos objetivos de cada fundo.

Atividade não executada por falta de recursos humanos.

x. Acompanhamento da economia e mercados da China

Pretendia-se, durante o ano de 2021, criar condições para acompanhar a economia e mercados da China de forma idêntica ao que já sucede atualmente com os EUA, Zona Euro e Reino Unido, permitindo melhor entender de que forma a evolução da economia e mercados chineses influencia os mercados em que o IGFCSS pode, em representação dos fundos geridos, atuar.

Atividade não executada por falta de recursos humanos.

Apreciação dos Utilizadores

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público capitalização.

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Audidores internos com formação ISO 9001
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado Código de ética dos colaboradores
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comités de Investimento, Estratégia e Qualidade
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria externa às contas do IGFCSS, IP do FEFSS, do FCR e do FCT realizada pela Grant Thornton
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007, de 30 de maio, alterada pela Portaria 1329-D/2011, de 30 de dezembro
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Que percentagem de colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Aplicação Intranet (registo de ações de formação)

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados no Serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto, o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o carácter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de Gestão da Qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de Gestão da Qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Comité da Qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Rede controlada pelo II,IP

Ações ou projetos não executados, parcialmente executados ou com resultados insuficientes

No ponto acima, sobre Atividades e Resultados Alcançados apresentam-se as justificações para os atrasos verificados em alguns dos projetos e menciona-se a intervenção de terceiros com contribuição relevante para a sua execução. Assim:

- A decisão do Ministério das Finanças sobre o pedido de abertura de concurso, externo à Administração Pública, para “Contratação de Recursos Humanos” permitiu iniciar em 2020 alguns dos processos de recrutamento solicitados (foram autorizados 3 dos 7 recrutamentos solicitados); este processo (parcial) de recrutamento foi concluído em 2021, mas o processo de integração já só se deu já em 2022;
- A implementação do SNC-AP na Segurança Social é um processo coordenado pelo IGFSS e pelo II tendo sofrido diversos atrasos. Desde o 3.º trimestre de 2019, o projeto

de implementação do novo SIF tem mobilizado todos os organismos da Segurança Social, mas o timing para o arranque foi alterado de 01.01.2022 para 01.01.2023.

- Os atrasos na contratação de recursos humanos impossibilitaram a realização das atividades que visavam ampliar a atividade do negócio.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos

O desempenho do IGFCSS é aferido pela capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

Utilizando como referência a informação sobre Fundos Poupança Reforma e Fundos de Pensões Abertos, da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP), num conjunto de fundos com exposição acionista máxima semelhante, o FCR encontra-se nos 25% com melhor rentabilidade²².

Com base no mesmo conjunto de fundos o FEFSS estaria no top 10%²³. Contudo, a comparação mais relevante será com a componente do FEFSS sujeita a *benchmark* – neste caso há apenas 2 fundos (em 67 fundos com nível de exposição semelhante a ativos de risco) com performance, em 2021, idêntica ou superior.

No caso do FCT, a comparação deverá ser feita com os fundos mais conservadores. Das estatísticas da APFIPP constam 33 fundos com nível de exposição a ativos de risco semelhante à do FCT, todos com desempenho inferior ao do FCT.

Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço

O IGFCSS realiza, anualmente, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação. Foi utilizado o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Este estudo, com caráter universal e anónimo, foi realizado em janeiro de 2022, tendo obtido a resposta de 13 colaboradores.

O questionário é dividido em grandes grupos dos quais se apresentam os resultados:

• Satisfação global dos colaboradores com a organização	3,57
• Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	3,28
• Satisfação com as condições de trabalho	3,66
• Satisfação com o desenvolvimento da carreira	3,26
• Níveis de motivação	3,95
• Satisfação com o estilo de liderança - Gestão de Topo	3,19
• Satisfação com o estilo de liderança - Gestão	3,77
• Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	3,51

Mínimo de 1 (muito insatisfeito) e máximo de 5 (muito satisfeito)

²² Existindo apenas 8 fundos (em 31 fundos com nível de exposição semelhante a ativos de risco) com performance, em 2021, idêntica ou superior.

²³ Existindo apenas 3 fundos (em 31 fundos com nível de exposição semelhante a ativos de risco) com performance, em 2021, idêntica ou superior.

Balanço Social

Quadro de Colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus trabalhadores.

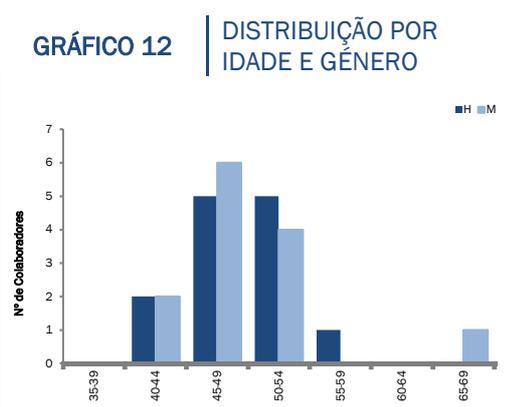
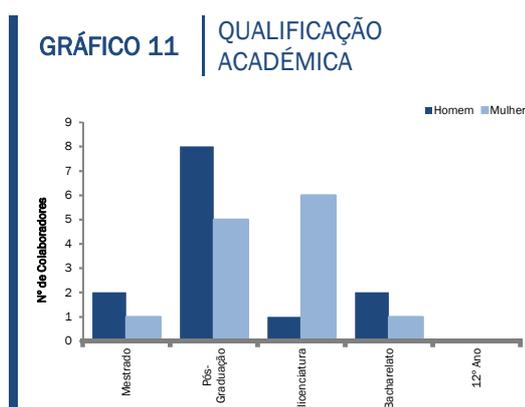
Em 31.12.2021, o IGFCSS tinha ao seu serviço 26 trabalhadores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais:

TABELA 5 | QUADRO DE COLABORADORES

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	3
Técnica	4	4	11	2	21
Administrativa	1	0	0	1	2
Total	6	5	12	3	26

A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGFCSS reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

A estrutura etária dos colaboradores é adulta (idade média aproximada de 49 anos) sendo, em termos de género, 50% do género masculino e 50% do género feminino.



Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGFCSS.

TABELA 6 | AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS EM 2021

	Dirigente	Técnico	Administrativo	Total	N.º Horas Médio Per Capita
Horas em Ações Internas	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
Horas em Ações Externas	0:00	33:00	0:00	33:00	1:27
Total de Horas	0:00	33:00	0:00	33:00	1:27

Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

Código das Contas	ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido 31.12.2021	Ativo Líquido 31.12.2020
	Imobilizado:					
	Imobilizações Corpóreas:					
423	Equipamento Básico	8.2.7	2 011,62	1 801,53	210,09	451,08
424	Equipamento de Transporte	8.2.7	75 593,16	75 593,16	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	8.2.7	1 768,74	1 768,74	0,00	331,62
426	Equipamento Administrativo	8.2.7	670 400,06	600 836,03	69 564,03	86 268,65
4291	Artigos e Objetos de Valor	8.2.7	19 248,75	0,00	19 248,75	19 248,75
4293	Outras Imobilizações Corpóreas	8.2.7	47 974,02	25 363,20	22 610,82	13 761,22
			816 996,35	705 362,66	111 633,69	120 061,32
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2 622,24		2 622,24	2 622,24
26	Outros devedores	8.2.39.1	50 333,87		50 333,87	40 180,40
			52 956,11		52 956,11	42 802,64
	Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	1 914 188,20		1 914 188,20	1 480 330,71
11	Caixa	8.2.39.2	1 016,32		1 016,32	1 380,40
			1 915 204,52		1 915 204,52	1 481 711,11
	Acréscimos e Diferimentos:					
271	Acréscimos de Proveitos	8.2.39.3	446 000,51		446 000,51	462 003,26
272	Custos Diferidos	8.2.39.3	23 349,24		23 349,24	25 149,03
			469 349,75		469 349,75	487 152,29
	Total de Amortizações			705 362,66		
	Total de Provisões					
	Total do Ativo		3 254 506,73	705 362,66	2 549 144,07	2 131 727,36

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

IGFCSS, IP | BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
	Fundos Próprios:			
57	Reservas			
577	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	8.2.32	389 063,19	389 063,19
59	Resultados Transitados	8.2.32	(389 063,19)	(389 063,19)
88	Resultado Líquido do Exercício	8.2.32	0,00	0,00
			0,00	0,00
	Passivo:			
29	Provisões para Riscos e Encargos	8.2.31	61 100,14	142 729,86
			61 100,14	142 729,86
	Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:			
221	Fornecedores, C/C	8.2.39.4	54,22	50,46
24	Estado e Outros Entes Públicos	8.2.39.4	29 432,40	23 302,35
26	Outros Credores	8.2.39.4	1 885 772,18	1 458 408,82
			1 915 258,80	1 481 761,63
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de Custos	8.2.39.5	437 802,22	362 025,54
274	Proveitos Diferidos	8.2.39.5	134 982,91	145 210,33
			572 785,13	507 235,87
	Total dos Fundos Próprios e Passivo		2 549 144,07	2 131 727,36

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31.12.2021		31.12.2020	
62	Fornecimentos e serviços externos			774 133,38		739 005,47
641 + 642	Custos com o pessoal				1 099 426,52	
	Remunerações	8.1.5	1 196 731,89			
	Encargos sociais:					
643/4	Pensões	8.1.5	5 725,58		803,86	
645/8	Outros	8.1.5	276 509,54	1 478 967,01	251 869,24	1 352 099,62
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	8.2.2 e 8.2.39.2	160 684,80	160 684,80	38 191,70	38 191,70
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.2.7 e 8.2.8	32 862,90		30 721,72	
67	Provisões do exercício	8.2.31	2 200,58	35 063,48	6 161,64	36 883,36
	(A)			2 448 848,67		2 166 180,15
68	Custos e perdas financeiras	8.2.37	4 501,88	4 501,88	1 345,45	1 345,45
	(C)			2 453 350,55		2 167 525,60
69	Custos e perdas extraordinários	8.2.38		30 131,05		40 582,43
	(E)			2 483 481,60		2 208 108,03
	(G)			2 483 481,60		2 208 108,03
88	Resultado líquido do exercício			0,00		0,00
				2 483 481,60		2 208 108,03
	PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas					
	Prestações de Serviços	8.2.35	141 095,73	141 095,73	124 866,95	124 866,95
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	8.2.39.7	2 150 000,00	2 150 000,00	2 003 000,00	2 003 000,00
	(B)			2 291 095,73		2 127 866,95
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8.2.37	127,94	127,94	228,59	228,59
	(D)			2 291 223,67		2 128 095,54
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38		192 257,93		80 012,49
	(F)			2 483 481,60		2 208 108,03
RESUMO:						
	Resultados operacionais: (B)- (A) =		(157 752,94)		(38 313,20)	
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		(4 373,94)		(1 116,86)	
	Resultados correntes: (D)- (C) =		(162 126,88)		(39 430,06)	
	Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		0,00		0,00	
	Resultados líquido do exercício: (F) - (G) =		0,00		0,00	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2021.

IGFCSS, IP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – RECEITA

Nota Explicativa	Código			Recebimentos					
	Cap.º	Grupo	Art.º						
8.2.39.2	16	01		Saldo gerência anterior					
				Execução orçamental De dotações orçamentais					
				De receitas próprias Na posse do serviço - Depósitos à Ordem Na posse do serviço - Depósitos a Prazo Na posse do Tesouro	28 585,04	28 585,04			
				De receita do Estado De operações de tesouraria	1 453 126,07	1 453 126,07			
				Descontos em vencimentos e salários: Receita do Estado					
				I - Total do saldo de Gerência na posse do serviço			1 481 711,11		
				Receitas Dotações orçamentais (OE)					
				CORRENTES					
				Rendimentos de Propriedade					
				Juros – Sociedades Financeiras					
			05	02	0112	Depósitos à Ordem	133,57	133,57	
					0113	Depósitos a Prazo	0,00		
			06	06	0105	Transferências Correntes Transferências Correntes - Administração	2 150 000,00 2 150 000,00	2 150 000,00	
			07	02	9902	Outros Outros Proveitos	76 286,07 76 286,07	76 286,07	2 226 419,64
						DE CAPITAL			
			10	06	0103	Transferências de Capital Receitas / Transferência p/ Capitalização	100 000,00 100 000,00	100 000,00	100 000,00
			15	01	01	Reposições não abatidas aos pagamentos Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00
						Receitas próprias Correntes Capital			2 326 419,64
						II - Total das receitas e dos fundos próprios Total da receita do exercício I + II			2 326 419,64 3 808 130,75
						III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			0,00
			IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			3 808 130,75			
			Importâncias Retidas p/ Entrega Est. ou Outras Entidades Receita do Estado Operações de tesouraria		340 505,94 1 371 382,47				
			V - Total das retenções de fundos alheios			1 711 888,41			
			Descontos em vencimentos e salários: Receita do Estado: Operações de tesouraria:	340 505,94 395 346,92					
			Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V			5 520 019,16			

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

Nota explicativa	Código			Pagamentos			
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica				
				Despesas			
				Despesas Orçamentais (OE)			
				Correntes			
	01	00		Despesas com o pessoal	1 461 130,11		
		01		Remunerações Certas e Permanentes	1 179 471,14		
			02	Órgãos Sociais	143 034,48		
			03	Pessoal dos Quadros - FP	593 568,33		
			08	Pessoal aguardando aposentação	5 725,58		
			11	Representação	89 019,35		
			12	Suplementos e Prémios	147 828,50		
			13	Subsídio de Refeição	41 168,54		
			14	Subsídio de Férias e de Natal	159 126,36		
	01	02		Abonos Variáveis ou Eventuais	11 696,96		
			04	Ajudas de Custo	975,50		
			13	Outros suplementos e prémios	4 999,50		
			14	Outros Abonos em Numerário ou em Espécie	5 721,96		
	01	03		Segurança Social	269 962,01		
			01	Encargos com Saúde - ADSE	0,00		
			05	Contribuições para a Segurança Social	269 962,01		
			09	Seguros	0,00		
	02			Aquisição de Bens e Serviços	747 488,63		
		01		Aquisição de bens	8 504,63		
			02	Combustíveis e Lubrificantes	1 348,42		
			04	Limpeza e higiene	551,38		
			08	Material de escritório	4 855,43		
			17	Ferramentas e utensílios	669,53		
			18	Livros e documentação técnica	614,44		
			21	Outros bens	465,33		
		02		Aquisição de Serviços	738 994,10		
			01	Encargos das instalações	37 023,61		
			02	Limpeza e higiene	17 324,75		
			03	Conservação de bens	2 306,44		
			04	Locação de Edifícios	119 481,18		
			05	Locação de equipamento informático	6 966,72		
			09	Comunicações	3 706,11		
			12	Seguros	236,07		
			13	Deslocações e estadas	1 950,10		
			14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0,00		
			15	Formação	2 820,89		
			18	Vigilância e segurança	3 913,03		
			19	Assistência técnica	89 100,19		
			20	Trabalhos especializados	447 868,30		
			25	Outros Serviços	6 296,71		
	03			Juros e outros encargos	4 501,88		
		05		Outros Juros		3 022,41	
			02	Outros			
		06	01	Outros encargos financeiros			
			0101	Serviços bancários	1 479,47		
	04			Transferências Correntes	28 585,04		
		06	00	Segurança Social			
			0002	Segurança Social	28 585,04		
	06			Outras Despesas Correntes	1 542,85	2 243 258,51	
				De Capital			
	07			Aquisições de Bens de Capital			
		01		Aquisições de Bens de Capital - Investimento	24 435,27		
			07	Equipamento informático	1 853,79		
			08	Software informático	9 319,32		
			09	Equipamento administrativo	2 154,96		
			15	Outros Investimentos	11 107,20	24 435,27	
	08			Transferências de capital - administrações públicas			
		06	0103	Transferências de capital		0,00	
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias			2 267 693,78
				Total despesas do exercício I + II			2 267 693,78
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria			0,00
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III			2 267 693,78
				Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades			
				Receita do Estado	340 505,94		
				Operações de Tesouraria	996 614,92		
				V - Total da Despesa de Fundos Alheios			1 397 120,86
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		87 310,90	
				Execução Orçamental			
				Dotações Orçamentais (OE)			
				De receitas próprias			
				Na Posse do Serviço	87 310,90		87 310,90
				Na Posse do Tesouro			
				De Receita do Estado			
				De Operações de Tesouraria			1 827 893,62
				Descontos em Vencimentos e Salários:			0,00
				Receita do Estado			0,00
				VI - Total do Saldo Gerência na posse do serviço			1 915 204,52
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Retidos na fonte e considerados pagos:			
				De receita do Estado	340 505,94		
				De operações de tesouraria	389 216,87		
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V + VI			5 620 019,16

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

IGFCSS, IP | CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA

Código (1)	Classificação Económica		Dotações Cortadas (3)	Cativos ou Congelamentos (4)	Compromissos Assumidos (5)	Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental (12)=(8)/(3)*100
	POCISS	Descrição (2)				Ano (6)	Anos Anteriores	Total (8)=(6)+(7)	Dotação Não Comprometida (9)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos Por Pagar	
0101		Remunerações certas e permanentes	1 387 666,00	0,00	1 179 471,14	1 179 471,14	0,00	1 179 471,14	208 194,86	208 194,86	0,00	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	147 574,00	0,00	143 034,48	143 034,48	0,00	143 034,48	4 539,52	4 539,52	0,00	96,92%
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	656 613,00	0,00	593 568,33	593 568,33	0,00	593 568,33	63 044,67	63 044,67	0,00	90,40%
01010302		Alterações obrigatórias de pos.remuneratório	21 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 000,00	21 000,00	0,00	0,00%
01010303		Alterações facultativas de pos.remuneratório	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00%
01010304		Recrutamento pessoal novos postos trabalho	75 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 000,00	75 000,00	0,00	0,00%
010108	6431	Pessoal aguardando aposentação	6 500,00	0,00	5 725,58	5 725,58	0,00	5 725,58	774,42	774,42	0,00	88,09%
010111	64134/642281	Representação	96 163,00	0,00	89 019,35	89 019,35	0,00	89 019,35	7 143,65	7 143,65	0,00	92,57%
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	163 584,00	0,00	147 828,50	147 828,50	0,00	147 828,50	15 755,50	15 755,50	0,00	90,37%
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	53 468,00	0,00	41 168,54	41 168,54	0,00	41 168,54	12 299,46	12 299,46	0,00	77,00%
01011401		Subsídio de férias	79 882,00	0,00	78 897,07	78 897,07	0,00	78 897,07	984,93	984,93	0,00	
0101140101	6412/642112	Pessoal em funções	79 882,00	0,00	78 897,07	78 897,07	0,00	78 897,07	984,93	984,93	0,00	98,77%
01011402		Subsídio de Natal	82 382,00	0,00	80 229,29	80 229,29	0,00	80 229,29	2 152,71	2 152,71	0,00	
0101140201	6412/642112	Pessoal em funções	82 382,00	0,00	80 229,29	80 229,29	0,00	80 229,29	2 152,71	2 152,71	0,00	97,39%
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
0102		Abonos variáveis ou eventuais	17 183,00	0,00	11 696,96	11 696,96	0,00	11 696,96	5 486,04	5 486,04	0,00	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	975,50	975,50	0,00	975,50	2 024,50	2 024,50	0,00	32,52%
01021201		Abonos devidos pela cessação relação jurídica	2 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 200,00	2 200,00	0,00	0,00%
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	4 999,50	4 999,50	0,00	4 999,50	0,50	0,50	0,00	99,99%
010214	642283	Outros abonos em numerário ou espécie	5 983,00	0,00	5 721,96	5 721,96	0,00	5 721,96	261,04	261,04	0,00	95,64%
0103		Segurança social	326 034,00	0,00	269 962,01	269 962,01	0,00	269 962,01	56 071,99	56 071,99	0,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	46 671,00	0,00	15 695,87	15 695,87	0,00	15 695,87	30 975,13	30 975,13	0,00	33,63%
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	278 663,00	0,00	254 266,14	254 266,14	0,00	254 266,14	24 396,86	24 396,86	0,00	91,25%
010306	6485	Acidentes em serviço doenças profissionais	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00%
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
0201		Aquisição de bens	28 550,00	0,00	8 504,53	8 504,53	0,00	8 504,53	20 045,47	20 045,47	0,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 250,00	0,00	1 348,42	1 348,42	0,00	1 348,42	5 901,58	5 901,58	0,00	18,60%
020104	62234	Limpeza e higiene	2 300,00	0,00	551,38	551,38	0,00	551,38	1 748,62	1 748,62	0,00	23,97%
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	4 855,43	4 855,43	0,00	4 855,43	7 144,57	7 144,57	0,00	40,46%
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	0,00	669,53	669,53	0,00	669,53	1 330,47	1 330,47	0,00	33,48%
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	614,44	614,44	0,00	614,44	1 385,56	1 385,56	0,00	30,72%
020121	622981	Outros bens	2 500,00	0,00	465,33	465,33	0,00	465,33	2 034,67	2 034,67	0,00	18,61%
0202		Aquisição de serviços	1 039 950,00	0,00	739 048,32	738 943,64	50,48	738 994,10	300 901,68	300 955,90	54,22	
020201	62211/62213/622982/1111	Encargos das Instalações	65 050,00	0,00	37 077,83	36 973,15	50,46	37 023,61	27 972,17	28 026,39	54,22	56,92%
020202	62234	Limpeza e higiene	25 000,00	0,00	17 324,75	17 324,75	0,00	17 324,75	7 675,25	7 675,25	0,00	69,30%
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	10 750,00	0,00	2 306,44	2 306,44	0,00	2 306,44	8 443,56	8 443,56	0,00	21,46%
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	100 000,00	0,00	98 985,18	98 985,18	0,00	98 985,18	1 014,82	1 014,82	0,00	98,99%
02020403	622191	Princípio Onerosidade	28 000,00	0,00	20 496,00	20 496,00	0,00	20 496,00	7 504,00	7 504,00	0,00	73,20%
02020501	622192	Locação material de informática	7 000,00	0,00	6 966,72	6 966,72	0,00	6 966,72	33,28	33,28	0,00	99,52%
020206		Locação de material de transporte	23 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 600,00	23 600,00	0,00	0,00%
020209	62222	Comunicações	6 734,00	0,00	3 706,11	3 706,11	0,00	3 706,11	3 027,89	3 027,89	0,00	55,04%
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	236,07	236,07	0,00	236,07	713,93	713,93	0,00	24,85%
020213	62227	Deslocações e estadas	8 000,00	0,00	1 950,10	1 950,10	0,00	1 950,10	6 049,90	6 049,90	0,00	24,38%
020214		Estudos, pareceres, projetos consultadoria	47 856,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 856,00	47 856,00	0,00	0,00%
020215	6483	Formação	12 500,00	0,00	2 820,89	2 820,89	0,00	2 820,89	9 679,11	9 679,11	0,00	22,57%
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020218	62235	Vigilância e segurança	3 980,00	0,00	3 913,03	3 913,03	0,00	3 913,03	66,97	66,97	0,00	98,32%
020219	62245	Assistência técnica	131 234,00	0,00	89 100,19	89 100,19	0,00	89 100,19	42 133,81	42 133,81	0,00	67,89%
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	558 196,00	0,00	447 868,30	447 868,30	0,00	447 868,30	110 327,70	110 327,70	0,00	80,23%
020225	622982	Outros serviços	10 600,00	0,00	6 296,71	6 296,71	0,00	6 296,71	4 303,29	4 303,29	0,00	59,40%
0305		Outros Juros	5 000,00	0,00	3 022,41	3 022,41	0,00	3 022,41	1 977,59	1 977,59	0,00	
030502	6818	Outros	5 000,00	0,00	3 022,41	3 022,41	0,00	3 022,41	1 977,59	1 977,59	0,00	60,45%
0306		Juros e outros encargos	3 000,00	0,00	1 479,47	1 479,47	0,00	1 479,47	1 520,53	1 520,53	0,00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	1 479,47	1 479,47	0,00	1 479,47	1 520,53	1 520,53	0,00	49,32%
04		Transferências correntes	28 585,04	0,00	28 585,04	28 585,04	0,00	28 585,04	0,00	0,00	0,00	
0406	63115	Segurança social	28 585,04	0,00	28 585,04	28 585,04	0,00	28 585,04	0,00	0,00	0,00	100,00%
07		Aquisição de bens e investimento	225 000,00	0,00	24 435,27	24 435,27	0,00	24 435,27	200 564,73	200 564,73	0,00	
070107	426	Material de informática	168 500,00	0,00	1 853,79	1 853,79	0,00	1 853,79	166 646,21	166 646,21	0,00	1,10%
070108	426	Software informático	40 000,00	0,00	9 319,32	9 319,32	0,00	9 319,32	30 680,68	30 680,68	0,00	23,30%
070109	426	Equipamento administrativo	5 000,00	0,00	2 154,96	2 154,96	0,00	2 154,96	2 845,04	2 845,04	0,00	43,10%
070115	429	Outros investimentos	11 500,00	0,00	11 107,20	11 107,20	0,00	11 107,20	392,80	392,80	0,00	96,58%
0602		Outras despesas correntes	1 900,00	0,00	1 542,85	1 542,85	0,00	1 542,85	357,15	357,15	0,00	
060201	622982114	Impostos e taxas	1 800,00	0,00	1 542,85	1 542,85	0,00	1 542,85	257,15	257,15	0,00	85,71%
060203		Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00%
		TOTAL	3 082 985,04	0,00	2 267 748,00	2 267 643,32	50,48	2 267 693,78	795 120,04	795 174,26	54,22	74,04%

Classificação Económica			Previsões Corrigidas (3)	Receitas por Cobrar no Início do Ano (4)	Receitas Líquidas (5)	Receitas Anuladas (6)	Receitas Cobradas Brutas (7)	Reembolsos e Restituições		Receita Cobrada Líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de Execução Orçamental (12)=(10)/(3)*100
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)						Emitidos (8)	Pagos (9)			
05		Rendimentos de propriedade	1 000,00		133,57	0,00	133,57			133,57	0,00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	1 000,00		133,57	0,00	133,57			133,57	0,00	13,36%
06		Transferências correntes	2 757 783,00		2 150 000,00	0,00	2 150 000,00			2 150 000,00	0,00	
0606		Segurança Social										
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2 757 783,00		2 150 000,00	0,00	2 150 000,00			2 150 000,00	0,00	77,96%
07		Vendas de bens e serviços correntes	50 000,00		76 286,07	0,00	76 286,07			76 286,07	0,00	
0702	712	Serviços	50 000,00		76 286,07	0,00	76 286,07			76 286,07	0,00	152,57%
10		Transferências	225 000,00		100 000,00	0,00	100 000,00			100 000,00	0,00	
10060103	798311628	Segurança Social	225 000,00		100 000,00	0,00	100 000,00			100 000,00	0,00	44,44%
15		Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00%
16		Outras receitas de capital	28 585,04		28 585,04	0,00	28 585,04			28 585,04	0,00	100,00%
		TOTAL	3 062 888,04		2 355 004,68	0,00	2 355 004,68			2 355 004,68	0,00	76,89%

Anexo às Demonstrações Financeiras

Enquadramento jurídico e atividade

O IGCSS foi criado mediante o Decreto-Lei n.º 449-A/99, de 4 de novembro,

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei n.º 216/2007, que vem proceder à reformulação do diploma orgânico do IGCSS, IP assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 39/2011, de 21 de março, classifica o IGCSS como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 94.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, sendo que, desde logo de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, o IGCSS é um instituto público de regime especial.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei n.º 203/2012, que estabelece o atual diploma orgânico do IGCSS.

O IGCSS tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2021, o IGCSS tinha sob gestão o FEFSS, o FCR criado no âmbito do regime público de capitalização e o FCT.

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGCSS.

O FCT foi criado em 14 de outubro de 2013, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. Trata-se de um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O Fundo de Compensação do Trabalho é alimentado por entregas mensais efetuadas pelo empregador correspondentes a 0,925% do valor do vencimento base e diuturnidades dos trabalhadores abrangidos. As entregas mensais são obrigatórias, salvo opção do empregador por adesão a Mecanismo Equivalente.

Estão abrangidos pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho após 01.10.2013, salvo nas situações previstas nos números 2 a 5 do artigo 2.º da referida Lei.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGFCSS.

O Relatório n.º 29/2010 do Tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGFCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (Decreto-Lei n.º 216/2007, de 29 de maio vs Decreto-Lei n.º 449-A/99, de 4 de novembro) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011.

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGFCSS, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

Principais Indicadores dos Fundos sob Gestão

FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

TABELA 7 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FEFSS

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Reserva Estratégica ^{a)}	7 274 190,54	0,03%	7 349 335,49	0,03%
Rendimento Fixo ^{b)}	15 351 398 160,81	66,23%	14 673 321 186,34	67,43%
Europa ex-Reino Unido	11 624 712 078,65	50,15%	11 105 373 990,57	51,03%
EUA	2 900 173 447,76	12,51%	2 822 823 034,85	12,97%
Reino Unido	581 587 634,40	2,51%	494 749 160,92	2,27%
OCDE	244 925 000,00	1,06%	250 375 000,00	1,15%
Rendimento Variável ^{c)}	5 078 454 684,30	21,91%	4 551 250 289,53	20,91%
EUR ex-Portugal	950 506 447,31	4,10%	553 828 872,50	2,55%
Suíça	167 184 483,27	0,72%	148 575 444,79	0,68%
Reino Unido	303 840 126,68	1,31%	303 702 098,83	1,40%
Noruega	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Suécia	0,00	0,00%	0,00	0,00%
EUA	2 656 315 193,73	11,46%	2 581 240 840,23	11,86%
Canadá	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Japão	1 000 608 433,32	4,32%	963 903 033,18	4,43%
Austrália	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobiliário	104 746 860,40	0,45%	91 806 190,17	0,42%
Liquidez ^{d)}	2 633 990 584,00	11,36%	2 433 638 209,59	11,18%
Provisões e Impostos a Receber	4 300 044,56	0,02%	3 646 715,63	0,02%
Total	23 180 164 524,61	100,00%	21 761 011 926,75	100,00%

Por memória:				
Dívida Pública Nacional ^{a)}	11 944 285 585,73	51,53%	10 986 198 557,88	50,49%
Futuros s/ obrigações (nocial)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Futuros sobre ações (nocial)	149 186 376,03	0,64%	194 043 245,99	0,89%

Notas:

a) Inclui o valor nocial dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui fundos de obrigações, juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afetas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

d) As emissões de Dívida Garantida, mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Para determinação da melhor combinação entre o retorno esperado e risco estimado da parte da carteira não investida em dívida pública portuguesa foi aprovada, em 2019, pela Tutela a seguinte carteira:

TABELA 8 | COMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE MERCADO DA CARTEIRA DA TUTELA

Classe de Ativos	Peso	Índice
Outra Dívida Pública	54,64%	Composição de mercado dos índices Barclays Ser-E (Euro) e ICE BofAML (USD,GBP)
Ações OCDE	45,36%	Composição de Mercado dos índices Eurostoxx50, FTSE100, SMI20, SP500, TOPIX
Liquidez	0,0%	Bilhete de tesouro Alemão a 3 meses

FCR – Fundo dos Certificados de Reforma

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser descritos como segue:

TABELA 9

FCR – VALOR DO FUNDO E DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

	Exercício	
	2021	2020
Contribuições Acumuladas em Exerc. Anteriores Deduzidas Resgates	42 151 625,86	39 537 351,91
Contribuições do Exercício Deduzidas de Resgates	3 681 313,84	2 614 273,95
Numerário e Depósitos Bancários	1 944 079,22	4 456 005,74
Títulos Negociáveis	56 183 705,78	48 525 461,20
Devedores Gerais	111 273,02	1 042 149,60
Acréscimos e Diferimentos	(816,46)	(480,02)
Credores Gerais	(468 470,19)	(953 424,68)
Total do Património Líquido	57 769 771,37	53 069 711,84
Número de Unidades de Participação	37 809 069,50815	35 374 318,85266
Valor por Unidade de Participação	1,52793	1,50023

TABELA 10 | RENTABILIDADE E RISCO DO FCR EM 31.12.2021

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização Média Anual ^{a)}			Rentabilidade / Risco	
	31-12-2021	Médio últimos 12 meses	Médio últimos 36 meses	Médio desde o início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde o início	Rentabilidade em 2021	Volatilidade anualizada
57 769 776,67	1,52793	1,51311	1,47302	1,28073	1,82%	2,50%	2,75%	1,85%	3,16%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas mensais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

Os principais indicadores do FCT em 31 de dezembro de 2021 podem ser descritos como segue:

TABELA 11 | RENTABILIDADE E RISCO DO FCT EM 31.12.2021

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário das unidades de participação do FCT (€)				Valorização Média Anual ^{a)}			Rentabilidade / Risco	
	31.12.2021	Médio Últ. 12 meses	Médio Últ. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2020	Volatilidade Anualizada
584 903 742,92	1,16535	1,15577	1,12397	1,06486	1,91%	2,50%	2,28%	1,76%	2,10%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

Notas às Contas

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS). As notas cuja numeração é omissa deste anexo não são aplicáveis ao IGCSS ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – Identificação

Designação	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP)
N.º Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Av. Fernão de Magalhães, 1862 3º Dto, 4350-158 Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público, de regime especial.
Tutela	Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei n.º 449-A/99, de 4 de novembro, criou o IGCSS, aprovou os respetivos estatutos. O Decreto-Lei n.º 216/2007, de 29 de maio, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei n.º 39/2011, de 21 de março, classifica o IGCSS como instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo n.º 94.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Os Estatutos do IGCSS foram aprovados pela Portaria n.º 640/2007, de 30 de maio, e alterados pela Portaria n.º 1329-D/2010, de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de dezembro, identificando o IGCSS como um dos organismos da Administração Indireta do Estado.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei n.º 203/2012, que determina a nova orgânica do IGCSS.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

São órgãos do IGFCSS:

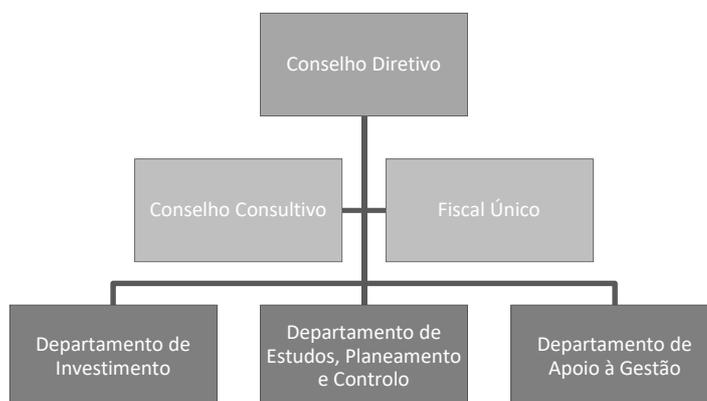
- ✓ O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;
- ✓ O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- ✓ O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e da Tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Pelo Despacho n.º 3378/2013, de 4 de março de 2013, foi designado o fiscal único do IGFCSS, IP, a Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda., com o registo da CMVM n.º 9171, representada pelo revisor oficial de contas Dra. Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro, por um período de cinco anos. Através do Despacho n.º 7247/2018, de 31 de julho de 2018, é renovado novo mandato por um período de cinco anos.

O IGFCSS dispõe de um mapa de pessoal de 40 lugares, aprovado por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Organograma funcional do IGFCSS era o seguinte:



8.1.4 – Descrição Sumária das Atribuições e das Atividades Prosseguidas no Exercício Económico

O IGCSS tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2021, teve sob sua gestão o FEFSS, o FCR e o FCT.

O IGCSS tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro.

ATRIBUIÇÕES / ATIVIDADES

Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.

Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.

Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.

Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.

Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.

Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.

Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.

Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.

Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.

Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.

Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2021, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGCSS eram os seguintes:

UNIDADES ORGANIZACIONAIS	NOME DOS RESPONSÁVEIS
Conselho Diretivo	José Vidrigo, Presidente (a partir de 25.06.2021) Manuel Baganha, Presidente (de 01.01.2021 até 24.06.2021) José Vidrigo, Vice-Presidente (de 01.01.2021 até 24.06.2021) Teresa Raimundo, Vogal (a partir de 21.06.2021)
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	João Soares (a partir de 16.08.2021)

Em 31 de dezembro de 2021, o pessoal do mapa de postos de trabalho do IGFCSS (incluindo membros do Conselho Diretivo) observava a seguinte desagregação:

EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA E O SEXO					
		Dirigente	Técni/ Técni Superior	Adm/ Assist. Técnico	Total
Total de Efetivos	Homens	3	10	1	14
	Mulheres	2	11	1	14
	Total	5	21	2	28
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigentes	Homens	3			3
	Mulheres	2			2
	Total	5			5
CT em Funções Públicas por tempo In-determinado, carreiras gerais	Homens		3		3
	Mulheres		4		4
	Total		7		7
CT em Funções Públicas por tempo In-determinado, carreiras não revistas	Homens		7	1	8
	Mulheres		7	1	8
	Total		14	2	16

Nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCSS, com exceção dos trabalhadores que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31.12.2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13.01.2000, tratando-se de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

VARIAÇÃO DO PESSOAL EM 2021			
Grupos Profissionais	Efetivos em 31.12.2020	Efetivos em 31.12.2021	Varição dos Efetivos
Pessoal Dirigente (Comissão de Serviço) (*)	4	5	25%
Técnicos Superiores (Carreiras Gerais)	5	7	40%
Assistente Técnico (Carreiras Gerais)	0	0	0%
Assistente Operacional	0	0	0%
Outros - Carreiras não Revistas	17	16	(6%)

(*) Inclui membros do Conselho Diretivo

8.1.6 – Organização Contabilística

Relativamente à organização contabilística do IGFCSS durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a mesma pode ser descrita como segue:

ASPETOS PRINCIPAIS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	SIM	NÃO
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	✓	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados/ordenados numericamente	✓	
As operações são registadas cronologicamente	✓	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	✓	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		✓
Existência de descentralização contabilística		✓

O IGFSS está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSS, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos fundos fixos nos serviços do Porto e de Lisboa com os valores de 750 euros e 350 euros, respetivamente. Os fundos fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para efeitos de encerramento de contas do IGFSS os saldos dos fundos fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta 'Caixa'.

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFSS.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS, do FCR e do FCT são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS, ao FCR e ao FCT.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, considerando o número de trabalhadores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCSS, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.

A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades adquiridas são tão diminutas que não se justifica a inventariação do stock dos materiais, sendo fácil o seu controlo.

O material de escritório é conferido no ato de entrega.

Breve descrição das principais características do sistema informático

O IGFCSS utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um *software* específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o *software* de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas *software houses*, fornecedoras daqueles *softwares*. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas, mas as respetivas bases de dados partilham a mesma instância de Oracle. Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS, do FCR e do FCT são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

Em maio de 2017, foi atualizada toda a infraestrutura informática física de suporte aos *softwares* de gestão de ativos e de contabilidade. Os ambientes produtivo e de testes, bem como a camada de *middleware* residem agora num cluster composto por 2 servidores, em máquinas virtuais implementadas com recurso à tecnologia Hiper-V da Microsoft.

8.1.7 – Outra Informação Considerada Relevante

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	SIM	NÃO
Existência de fundo fixo de caixa	✓	
A cobrança é depositada diariamente		N.A
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	✓	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	✓	
Há reconciliação bancária mensal	✓	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	✓	
Inventariação no final do exercício	✓	

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.2 – Indicação e Comentário das Contas e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2020.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, que aprova a orgânica do IGFCSS, o financiamento dos custos de funcionamento do Instituto é assegurado por verbas do Orçamento do Estado ou do Orçamento da Segurança Social, como contrapartida pela administração e gestão dos fundos que são colocados sob sua gestão. Esse financiamento é enquadrado por um orçamento anualmente aprovado pela tutela e é consubstanciado por transferências do FEFSS. Deste modo, a sua exploração não pode ser nunca deficitária. Por outro lado, a obrigatoriedade de devolução anual, ao FEFSS, de todo e qualquer saldo gerado no exercício, faz com que aquela exploração também não possa ser superavitária.

Neste contexto, por forma a assegurar a neutralidade da situação patrimonial que resulta, em contínuo, das normas que regem o financiamento da atividade do IGFCSS, procedeu-se à anulação do acréscimo dos proveitos (no valor de 40 500,71€) resultante, essencialmente do ajustamento da provisão constituída no âmbito dos processos em Tribunal interpostos pelos trabalhadores (notas 8.2.31 e 8.2.39.3), na situação inversa, procedeu-se ao acréscimo de custos (no valor de 34 672,98€) e ao diferimento de proveitos (no valor de 1 799,79€), ou seja, quando da especialização dos custos e proveitos resultam situações em que determinado custo já suportado se reporta a exercícios seguintes (nota 8.2.39.5) ou determinado proveito do exercício apenas se materializa em exercícios seguintes (nota 8.2.39.3).

Da execução deste procedimento no ano de 2021 resulta, tal como verificado em 2020, um resultado líquido do exercício nulo.

8.2.3 – Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGFCSS, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho Diretivo, na reunião de 31 de março de 2022.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 ou na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

TAXAS DE AMORTIZAÇÃO	
Equipamento de Transporte	16,66% a 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% a 33,33%
Ferramentas e utensílios	25,00%
Artigos e Objetos de Valor	—
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% a 25,00%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas a) e d) do número 1 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, os rendimentos do IGFCSS estão isentos deste imposto.

A atividade financeira do IGFCSS, de administração e gestão de fundos está isenta de Imposto sobre o Valor Acrescentado (Cf. alínea g) do n.º 27 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado). As restantes atribuições do IGFCSS, designadamente atividades de consultadoria e de apoio técnico, quando existam, estão sujeitos e não isentas de IVA na medida em que se subsumam ao conceito de prestações de serviços constante da regra geral prevista no n.º 1 do artigo 4.º do respetivo Código.

Adicionalmente, o IGFCSS goza de isenção de imposto de selo de acordo com o disposto na alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto de Selo, de Imposto Municipal sobre Imóveis nos termos do artigo 11.º do respetivo Código e de Imposto Municipal sobre Transações, conforme alínea a) do art.º 6.º, também do respetivo Código.

e) Transferências de Capital

As transferências de capital, obtidas de outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Em resumo, apresentam-se os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados nos exercícios de 2021 e 2020:

Rubricas do Balanço	2021		2020	
	Critérios Aplicados	Valor de Balanço	Critérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações				
42 - Imobilizações Corpóreas				
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	210,09	Valor de Aquisição	451,08
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00	Valor de Aquisição	0,00
425 - Ferramentas e utensílios	Valor de aquisição	0,00	Valor de aquisição	331,62
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	69 564,03	Valor de Aquisição	86 268,65
429 - Outras Imobilizações Corpóreas				
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	22 610,82	Valor de Aquisição	13 761,22

8.2.7 – Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi como segue:

ATIVO BRUTO – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transf. & Abates	Saldo Final
Equipamento Básico	2 011,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2 011,62
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	0,00	0,00	75 593,16
Ferramentas e utensílios	1 768,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1 768,74
Equipamento Administrativo	771 168,55	0,00	13 328,07	0,00	114 096,56	670 400,06
Artigos e Objetos de Valor	19 248,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 248,75
Outras Imobilizações Corpóreas	36 866,82	0,00	11 107,20	0,00	0,00	47 974,02
	906 657,64	0,00	24 435,27	0,00	114 096,56	816 996,35

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações / Abates	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Equipamento Básico	1 560,54	240,99	0,00	1 801,53
Ferramentas e utensílios	75 593,16	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento de Transporte	1 437,12	331,62	0,00	1 768,74
Equipamento Administrativo	684 899,90	30 032,69	114 096,56	600 836,03
Outras Imobilizações Corpóreas	23 105,60	2 257,60	0,00	25 363,20
	786 596,32	32 862,90	114 096,56	705 362,66

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas legais.

b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a portaria 671/2000 de 17 de abril.

8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

ATIVO IMOBILIZADO							
Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz. Exercício	Amortiz. Acumuladas	Saldo Final
1991	1 794,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1 794,80	0,00
1992	1 678,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 678,17	0,00
1996	245,05	0,00	0,00	0,00	0,00	245,05	0,00
1999	3 077,63	0,00	0,00	102,13	0,00	2 975,50	0,00
2000	44 005,01	0,00	0,00	0,00	0,00	44 005,01	0,00
2001	13 025,10	0,00	0,00	835,69	0,00	12 189,41	0,00
2002	263 824,57	0,00	0,00	1 399,37	0,00	262 425,20	0,00
2003	85 046,57	0,00	0,00	4 788,15	0,00	80 258,42	19 248,75
2004	64 720,37	0,00	0,00	5 633,58	0,00	59 086,79	0,00
2005	42 188,32	0,00	0,00	5 427,09	0,00	36 761,23	0,00
2006	24 308,46	0,00	0,00	16 872,65	0,00	7 435,81	0,00
2007	25 407,03	0,00	0,00	24 921,94	0,00	818,09	0,00
2008	34 999,36	0,00	0,00	13 345,99	0,00	21 653,37	0,00
2009	79 594,61	0,00	0,00	32 446,77	0,00	47 147,84	0,00
2010	13 174,22	0,00	0,00	7 414,62	0,00	5 759,60	0,00
2011	13 590,77	0,00	0,00	0,00	0,00	13 590,77	0,00
2012	9 260,03	0,00	0,00	908,58	0,00	8 351,45	0,00
A Transportar	719 940,07	0,00	0,00	114 096,56	0,00	586 594,77	19 248,74

ATIVO IMOBILIZADO (Continuação)

Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz Exercício	Amortiz Acumuladas	Saldo Final
Transporte	719 940,07	0,00	0,00	114 096,56	0,00	586 594,77	19 248,74
2013	8 478,34	0,00	0,00	0,00	114,91	8 478,34	0,00
2014	4 587,90	0,00	0,00	0,00	573,49	4 062,22	525,68
2015	18 781,56	0,00	0,00	0,00	126,08	18 571,47	210,09
2016	30 190,35	0,00	0,00	0,00	237,54	29 655,86	534,49
2017	1 768,74	0,00	0,00	0,00	331,62	1 768,74	0,00
2019	22 201,44	0,00	0,00	0,00	3 773,33	9 589,84	12 611,60
2020	100 709,23	0,00	0,00	0,00	24 211,85	43 147,39	57 561,84
2021	24 435,27	0,00	0,00	0,00	3 494,08	3 494,08	20 941,19
	931 092,91	0,00	0,00	114 096,56	32 862,90	705 362,66	111 633,69

ATIVO IMOBILIZADO

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viat 94-14-QC	22 204,74	2000	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	22 204,74	0,00
Viat 45-73-XB	25 000,00	mar/04	0,00	0,00	0,00	16,66%	0,00	25 000,00	0,00
Viat 51-92-ZI	28 388,42	dez/04	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	28 388,42	0,00
Artigos de conforto	94,77	1991	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	94,77	0,00
Mobiliário	1 700,03	1991	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 700,03	0,00
Mobiliário	1 587,12	1992	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 587,12	0,00
Equipamento administrativo	91,05	1992	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	91,05	0,00
Mobiliário	245,05	1996	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	245,05	0,00
Equipamento administrativo	276,71	1999	0,00	0,00	102,13	100,00%	0,00	174,58	0,00
Mobiliário	2 800,92	1999	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 800,92	0,00
Mobiliário	21 043,99	2000	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	21 043,99	0,00
Ferramentas e utensílios	756,28	2000	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	756,28	0,00
Blocos de gavetas	334,46	fev/01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	334,46	0,00
Secretárias	835,69	fev/01	0,00	0,00	835,69	12,50%	0,00	0,00	0,00
Cadeiras	238,49	fev/01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	238,49	0,00
Router	5 087,84	mai/01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 087,84	0,00
Armários	2 305,04	jul/01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 305,04	0,00
Cadeiras	1 430,13	jul/01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 430,13	0,00
Mesas	453,16	jul/01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	453,16	0,00
Secretárias	565,12	jul/01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	565,12	0,00
Mesas	89,08	nov/01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	89,08	0,00
Papeleiras	44,52	nov/01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	44,52	0,00
Candeeiros, globos, lustres, profonier	98,44	nov/01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	98,44	0,00
Computadores	1 543,13	dez/01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 543,13	0,00
Mesas	235,84	jan/02	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	235,84	0,00
Secretárias	252,65	jan/02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	252,65	0,00
Blocos de gavetas	378,16	jan/02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	378,16	0,00
Outro mobiliário	99,01	fev/02	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	99,01	0,00
Blocos de gavetas	194,84	abr/02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	194,84	0,00
Software de aplicação	258 968,34	out/02	0,00	0,00	738,34	33,33%	0,00	258 230,00	0,00
Equipamento de Switching	3 034,70	nov/02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 034,70	0,00
Software de aplicação	661,03	dez/02	0,00	0,00	661,03	33,33%	0,00	0,00	0,00
Outro equip. e material escritório	1 877,15	abr/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 877,15	0,00
Armários	5 753,46	mai/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 753,46	0,00
Blocos de gavetas	1 808,58	mai/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 808,58	0,00
Cadeiras	9 624,14	mai/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	9 624,14	0,00
Mesas	6 412,31	mai/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	6 412,31	0,00
Secretárias	5 616,39	mai/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 616,39	0,00
Sofás	2 208,64	mai/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 208,64	0,00
Sofás	1 766,91	jul/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 766,91	0,00
A Transportar...	418 106,38		0,00	0,00	2 387,19		0,00	413 769,19	0,00

ATIVO IMOBILIZADO (Continuação)

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercido	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	416 106,33		0,00	0,00	2 387,19		0,00	413 769,14	0,00
Secretárias	5 147,19	jul/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 147,19	0,00
Mesas	7 506,38	jul/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	7 506,38	0,00
Blocos de gavetas	319,16	jul/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	319,16	0,00
Cadeiras	10 187,29	jul/03	0,00	0,00	2 346,27	12,50%	0,00	7 841,02	0,00
Cadeiras	919,08	ago/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	919,08	0,00
Blocos de gavetas	440,30	ago/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	440,30	0,00
Estantes	1 193,49	ago/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 193,49	0,00
Mesas	141,37	ago/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	141,37	0,00
Outros artigos e utensílios	175,00	ago/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	175,00	0,00
Fotocopiadores	2 441,88	set/03	0,00	0,00	2 441,88	20,00%	0,00	0,00	0,00
Sofás	1 142,40	out/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 142,40	0,00
Equipamento frigorífico refrigeração	239,01	out/03	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	239,01	0,00
Secretárias	877,69	dez/03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	877,69	0,00
Equipamento de rede	5 698,37	jun/04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 698,37	0,00
Computadores	1 475,60	nov/04	0,00	0,00	1 475,60	25,00%	0,00	0,00	0,00
Fotocopiadores	4 157,98	dez/04	0,00	0,00	4 157,98	20,00%	0,00	0,00	0,00
Equipamento de Switching	1 442,11	jun/05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 442,11	0,00
Blocos de gavetas	187,28	jun/05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	187,28	0,00
Cadeiras	550,23	jun/05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	550,23	0,00
Secretárias	537,31	jun/05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	537,31	0,00
Outros softwares	1 680,01	ago/05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 680,01	0,00
Blocos de gavetas	190,43	ago/05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	190,43	0,00
Outro mobiliário	78,18	ago/05	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	78,18	0,00
Papeleiras	19,93	ago/05	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	19,93	0,00
Outros softwares	1 413,45	set/05	0,00	0,00	1 413,45	33,33%	0,00	0,00	0,00
Unidades centrais de processamento	3 305,72	nov/05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 305,72	0,00
Equipamento de rede	4 013,64	nov/05	0,00	0,00	4 013,64	25,00%	0,00	0,00	0,00
Software de aplicação	10 164,00	nov/05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	10 164,00	0,00
Secretárias	238,18	nov/05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	238,18	0,00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14 131,64	nov/05	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	14 131,64	0,00
Bastidores	4 236,21	dez/05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 236,21	0,00
Sistemas operativos	2 133,87	mar/06	0,00	0,00	2 133,87	33,33%	0,00	0,00	0,00
Equipamento de Switching	4 294,05	mai/06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 294,05	0,00
Unidades centrais de processamento	4 541,13	jun/06	0,00	0,00	4 541,13	25,00%	0,00	0,00	0,00
Computadores	1 089,00	jun/06	0,00	0,00	1 089,00	25,00%	0,00	0,00	0,00
Secretárias	237,00	mar/06	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	237,00	0,00
Sistemas operativos	1 388,79	jul/06	0,00	0,00	1 388,79	33,33%	0,00	0,00	0,00
Unidades de controlo	8 024,48	ago/06	0,00	0,00	7 489,96	25,00%	0,00	534,52	0,00
Sistemas operativos	694,39	nov/06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	694,39	0,00
Armários	1 675,85	dez/06	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 675,85	0,00
Monitores	350,90	dez/06	0,00	0,00	350,90	25,00%	0,00	0,00	0,00
Monitores	344,00	jan/07	0,00	0,00	344,00	25,00%	0,00	0,00	0,00
Sistemas operativos	1 920,27	jan/07	0,00	0,00	1 920,27	33,33%	0,00	0,00	0,00
Sistemas operativos	3 335,97	mar/07	0,00	0,00	3 335,97	33,33%	0,00	0,00	0,00
Monitores	1 212,72	abr/07	0,00	0,00	727,63	25,00%	0,00	485,09	0,00
Unidades de controlo	968,00	mai/07	0,00	0,00	968,00	33,33%	0,00	0,00	0,00
Monitores	546,92	ago/07	0,00	0,00	546,92	25,00%	0,00	0,00	0,00
Unidades centrais de processamento	15 651,35	dez/07	0,00	0,00	15 651,35	25,00%	0,00	0,00	0,00
Unidades de Disco	1 306,80	dez/07	0,00	0,00	1 306,80	25,00%	0,00	0,00	0,00
Televisores	2 040,00	jan/08	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	2 040,00	0,00
Computadores	2 178,00	fev/08	0,00	0,00	2 178,00	25,00%	0,00	0,00	0,00
Monitores	1 452,00	fev/08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 452,00	0,00
Cadeiras	2 279,64	mar/08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 279,64	0,00
Mesas	298,87	mar/08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	298,87	0,00
Outro mobiliário	229,90	mar/08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	229,90	0,00
Impressoras	525,14	abr/08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	525,14	0,00
A Transportar...	559 075,88		0,00	0,00	62 158,60		0,00	496 917,28	0,00

ATIVO IMOBILIZADO (Continuação)

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercido	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporta...	559 075,88		0,00	0,00	62 158,60		0,00	496 917,28	0,00
Projektor de imagem de ecrã	670,00	jul/08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	670,00	0,00
Monitores	716,40	set/08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	716,40	0,00
Divisórias amovíveis	449,34	out/08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	449,34	0,00
Monitores	199,99	nov/08	0,00	0,00	199,99	100,00%	0,00	0,00	0,00
Bastidores	6 843,60	dez/08	0,00	0,00	2 529,60	12,50%	0,00	4 314,00	0,00
Equipamento de Switching	7 506,98	dez/08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 506,98	0,00
Unidades centrais de processamento	8 438,40	dez/08	0,00	0,00	8 438,40	25,00%	0,00	0,00	0,00
Blocos de gavetas	584,64	dez/08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	584,64	0,00
Secretárias	586,46	dez/08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	586,46	0,00
Blocos de gavetas	215,38	jan/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	215,38	0,00
Secretárias	226,10	jan/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	226,10	0,00
Sistemas operativos	1 446,96	fev/09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 446,96	0,00
Impressoras	1 155,60	mar/09	0,00	0,00	1 155,60	25,00%	0,00	0,00	0,00
Computadores	16 954,53	abr/09	0,00	0,00	9 755,99	25,00%	0,00	7 198,54	0,00
Unidades centrais de processamento	5 261,25	abr/09	0,00	0,00	2 630,62	25,00%	0,00	2 630,63	0,00
Router	17 580,42	mai/09	0,00	0,00	17 580,42	25,00%	0,00	0,00	0,00
Estantes	3 555,24	jul/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	3 555,24	0,00
Monitores	1 093,03	ago/09	0,00	0,00	182,17	25,00%	0,00	910,86	0,00
Armários	1 053,60	out/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 053,60	0,00
Estantes	15 598,81	out/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	15 598,81	0,00
PC portáteis	4 567,88	dez/09	0,00	0,00	1 141,97	25,00%	0,00	3 425,91	0,00
Cofres	381,60	dez/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	381,60	0,00
Estantes	5 378,04	dez/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 378,04	0,00
Outras máquinas e aparelhos	1 932,97	dez/09	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	1 932,97	0,00
Aparelhos de ar condicionado	1 693,20	dez/09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 693,20	0,00
Dispositivos de sinalização	1 500,00	dez/09	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	1 500,00	0,00
Impressoras	3 724,80	fev/10	0,00	0,00	3 724,80	25,00%	0,00	0,00	0,00
Impressoras	3 689,82	nov/10	0,00	0,00	3 689,82	25,00%	0,00	0,00	0,00
Computadores	4 757,20	dez/10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 757,20	0,00
Monitores	1 002,40	dez/10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 002,40	0,00
Sistemas operativos	1 058,12	abr/11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 058,12	0,00
Software de base	12 532,65	abr/11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	12 532,65	0,00
Sistemas operativos	908,58	abr/12	0,00	0,00	908,58	33,33%	0,00	0,00	0,00
Software de base	2 316,48	jun/12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 316,48	0,00
Unidades de disco	6 034,97	out/12	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 034,97	0,00
Sistemas operativos	1 581,25	mai/13	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 581,25	0,00
Equipamento frigorífico refrigeração	348,74	jul/13	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	348,74	0,00
Computadores	4 582,68	dez/13	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 582,68	0,00
Monitores	962,65	dez/13	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	962,65	0,00
Selos brancos e sinetas	1 003,02	dez/13	0,00	0,00	0,00	12,50%	114,91	1 003,02	0,00
Armários	4 587,90	dez/14	0,00	0,00	0,00	12,50%	573,49	4 062,22	525,68
Impressoras	2 086,77	jul/15	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	2 086,77	0,00
Central telefónica	1 008,60	set/15	0,00	0,00	0,00	12,50%	126,08	798,51	210,09
Computadores	15 686,19	dez/15	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	15 686,19	0,00
Cadeiras	1 900,35	abr/16	0,00	0,00	0,00	12,50%	237,54	1 365,86	534,49
Unidades centrais de processamento	16 985,48	dez/16	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	16 985,48	0,00
Unidades de disco	11 304,52	dez/16	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	11 304,52	0,00
Retentores portas corta-fogo	1 768,74	out/17	0,00	0,00	0,00	25,00%	331,62	1 768,74	0,00
Outro equipamento informático - UPS	7 924,89	abr/19	0,00	0,00	0,00	25,00%	1 981,22	5 446,36	2 476,53
Máquinas e aparelhos de cozinha	362,78	mai/19	0,00	0,00	0,00	12,50%	45,35	120,93	241,85
Mobiliário de cozinha	1 374,65	mai/19	0,00	0,00	0,00	12,50%	171,83	458,21	916,44
Televisores	305,00	jun/19	0,00	0,00	0,00	14,28%	43,55	112,51	192,49
Mesas	118,62	jul/19	0,00	0,00	0,00	14,28%	16,94	42,35	76,27
Aparelhos de ar condicionado	6 057,75	out/19	0,00	0,00	0,00	12,50%	757,22	1 703,74	4 354,01
A Transportar...	780 641,90		0,00	0,00	114 096,56		4 399,75	657 017,49	9 527,85

ATIVO IMOBILIZADO (Continuação)

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abatas	Tx Amortização	Amortizações Exercido	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	780 641,90		0,00	0,00	114 096,56		4 399,75	657 017,49	9 527,85
Aparelhos de ar condicionado	6 057,75	out/19	0,00	0,00	0,00	12,50%	757,22	1 703,74	4 354,01
Impressoras	409,96	mar/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	102,49	187,90	222,06
Unidades centrais de processamento	20 320,83	mar/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	5 080,21	9 313,72	11 007,11
Unidades de controlo	7 240,39	mar/20	0,00	0,00	0,00	14,28%	1 810,10	3 318,52	3 921,87
Equipamento de switching	11 891,03	mar/20	0,00	0,00	0,00	14,28%	2 972,76	5 450,06	6 440,97
Unidades de Disco	37 797,90	mar/20	0,00	0,00	0,00	14,28%	9 449,48	17 324,05	20 473,85
PC portáteis	11 982,36	abr/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	2 995,59	5 225,41	6 756,95
Aparelhos de ar condicionado	3 562,45	jun/20	0,00	0,00	0,00	25,00%	445,31	705,07	2 857,38
Outros periféricos	1 185,72	jul/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	296,43	444,65	741,08
Cadeiras	979,82	set/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	122,48	163,31	816,51
Armários	2 654,34	dez/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	331,79	359,44	2 294,90
Armários	1 389,90	dez/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	173,74	188,22	1 201,68
Outros softwares	1 294,53	dez/20	0,00	0,00	0,00	12,50%	431,47	467,07	827,46
Software de aplicação	9 319,32	fev/21	0,00	0,00	0,00	33,33%	2 847,29	2 847,29	6 472,03
Unidades de controlo	1 853,79	abr/21	0,00	0,00	0,00	25,00%	347,59	347,59	1 506,20
Aparelhos de ar condicionado	6 652,80	out/21	0,00	0,00	0,00	12,50%	207,90	207,90	6 444,90
Cadeiras	2 154,96	nov/21	0,00	0,00	0,00	12,50%	44,90	44,90	2 110,06
Aparelhos de ar condicionado	4 454,40	dez/21	0,00	0,00	0,00	12,50%	46,40	46,40	4 408,00
Quadro de Paulo Neves	2 100,00	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	2 100,00
Quadro de Alfredo Coelho	3 403,40	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	3 403,40
Quadro de Costa Leite	1 285,20	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1 285,20
Quadro de Vasco Torres	3 534,30	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	3 534,30
Senigrafia de Resende	803,25	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	803,25
Senigrafia de Paulo Neves	642,60	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	642,60
Quadro de Francisco Geraldo	5 085,00	ago/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	5 085,00
Cómoda de D.João V	1 500,00	set/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1 500,00
Travessa de porcelana da China	895,00	out/03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	895,00
Total	931 092,91		0,00	0,00	114 096,56		32 862,90	705 362,66	111 633,69

8.2.31 – Movimento Ocorrido no Exercício nas Contas de Provisões

PROVISÕES ACUMULADAS

Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	142 729,86	2 200,58	(83 830,30)	61 100,14

Na sequência do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relativo ao processo 490/07.OTTCS.L1, interposto por uma colaboradora, o Instituto foi condenado no pagamento do vencimento que esta auferia enquanto diretora nos meses de junho'07 e seguintes, relativamente ao trabalho prestado, ao pagamento do diferencial entre o valor que esta recebeu da segurança social a título de subsídio de doença e aquele que teria recebido caso a base salarial se mantivesse inalterada nos meses de junho'07 e seguintes, relativamente ao período que esteve de baixa, e ao pagamento de uma indemnização de 10 000,00€ por danos extrapatrimoniais.

Em novembro de 2014, o IGFCS pagou o valor correspondente à indemnização por danos extrapatrimoniais e não aceitou a demais liquidação reclamada pela autora do processo (no montante de 70 700,35€) por sobre a mesma impenderem sérias dúvidas. Por mera

precaução, foi decidida a constituição de uma provisão de montante igual ao reclamado pela trabalhadora, até as questões existentes estarem devidamente esclarecidas.

As dificuldades sentidas no esclarecimento daquelas questões junto do Instituto da Segurança Social acabariam por levar à apresentação pela trabalhadora de um incidente de liquidação de sentença, no decurso do qual, foi finalmente possível esclarecer junto daquele organismo todas as dúvidas que recaíam sobre os valores recebidos pela trabalhadora durante o período em que se encontrou de baixa.

Foram detetadas e corrigidas irregularidades no registo de remunerações da trabalhadora com impacto direto no cálculo do subsídio de doença e, reprocessadas as baixas, a Segurança Social viria a pagar à trabalhadora, em setembro de 2020 a quantia de 61 774,75€.

Relativamente aos meses em que a trabalhadora prestou serviço nos anos de 2007 e 2008, o IGFCSS processou e pagou, em março de 2021, o diferencial entre o valor que lhe foi pago nessa altura e aquele que correspondia ao vencimento do cargo de diretora que lhe era devido, no valor de 23 340,33€, dando origem a nova correção dos registos de remuneração e novo reprocessamento das baixas que os tinham por base de cálculo, tendo a Segurança Social pago à trabalhadora, em maio de 2021, o valor de 11 033,13€.

Por último, o IGFCSS viria ainda a pagar à trabalhadora, em 01/07/2021, a quantia de 844,77€, resultante do diferencial entre o montante que lhe era devido a título de subsídio de doença apurado e comunicado ao tribunal pelo Instituto e os valores que lhe viriam a ser reprocessados e pagos pela Segurança Social.

Realizadas as correções aos registos de remunerações, pagos os valores devidos pelo Instituto à trabalhadora e reprocessadas e pagas pela Segurança Social as respetivas baixas, o IGFCSS considera ter dado cumprimento integral ao acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao processo 490/07.OTTSC.L1. A provisão entretanto constituída para o efeito, no valor de 70 000€ foi anulada.

Na sequência do relatório n.º 29/2010 do Tribunal de Contas (Processo n.º 05/2009 – Audit), bem como do Parecer n.º 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Conselho Diretivo do IGFCSS decidiu proceder à suspensão de algumas componentes remuneratórias que vinham sendo abonadas aos trabalhadores, bem como solicitar a reposição de valores pagos considerados indevidamente no passado.

Tendo em conta a interposição de processos judiciais pela maioria dos colaboradores, o Conselho Diretivo decidiu, em 2012, proceder à constituição de uma provisão para fazer face a uma eventual decisão desfavorável, que conduzisse à devolução aos trabalhadores dos valores que lhes deixaram de ser pagos a partir de outubro daquele ano.

Com o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA) relativo ao Processo n.º 292/13.5BEPRT, aos trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do DL n.º 14/2003, de 31.01, foi reconhecido o direito à percepção das parcelas do respetivo salário que haviam sido suprimidas a partir de outubro de 2012. Em cumprimento daquela decisão foram devolvidos aos trabalhadores acima mencionados os valores do Prémio de Produtividade e Mérito e da Comparticipação no Crédito à Habitação que lhes haviam sido suprimidos. O acórdão do STA tornou também claro, que aos trabalhadores admitidos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 14/2003, de 31 de janeiro, não assistia o mesmo direito, não podendo, dessa forma, ser reclamado ao IGFCCS a devolução de quaisquer verbas por esses trabalhadores. Tendo em conta o desfecho do supramencionado processo, a provisão que havia sido criada para o efeito, no valor de 13 830,30€, foi anulada.

Permanecendo em curso os Processos 2151/17.3BEPRT e 1688/17.9BEPRT, movidos individualmente por dois trabalhadores com vista à impugnação dos atos que determinaram, a partir de outubro de 2012, a suspensão do pagamento de toda ou parte do Prémio de Produtividade e Mérito que lhes era pago pelo Instituto, manteve-se o valor provisionado num dos casos (atendendo a que o trabalhador rescindiu o respetivo contrato de trabalho em 2014) e atualizou-se o valor da provisão em 2 220,58€ no outro.

Em resultado do acima exposto, registou-se uma diminuição líquida do valor da provisão criada em 81 609,72€. A provisão existente, no valor de 61 100,14€ está exclusivamente ligada aos Processos 2151/17.3BEPRT e 1688/17.9BEPRT.

8.2.32 – Movimento Ocorrido no Exercício nos Fundos Próprios do IGFCCS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 podem ser analisados como segue:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO					
Contas	Saldo Inicial	Movimentos do Exercício		Saldo Final	Observações
		Variações	Transferências		
577 – Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 – De imobilizações Corpóreas	203 351,05			203 351,05	
5778 – De Outros Ativos	185 712,14			185 712,14	
59 – Resultados Transitados					
592 – Regularizações de Grande Significado	(18 574,88)			(18 574,88)	
599 – Resultados Transitados – Outros	(370 488,31)			(370 488,31)	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	

8.2.35 – Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços por Mercado

O valor das vendas e prestações de serviços pode ser decomposto como segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
Contas	Designação	Mercado Interno	
		2021	2020
712	Prestações de Serviços		
	FCR	84 101,08	77 039,29
	FCT	56 994,65	47 827,66
		141 095,73	124 866,95

O valor inscrito na rubrica 'FCR' refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 15.º da Portaria n.º 212/2008, de 29 de fevereiro (Regulamento de Gestão do Fundo dos Certificados de Reforma).

De acordo com a deliberação do Conselho Diretivo de 31.03.2016, a provisão a constituir pelo FCR corresponde a 0,15% do valor da carteira (0,29% até 2015). (Nota 8.2.38).

O valor inscrito na rubrica 'FCT' refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no n.º 5 do artigo 20.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto (Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho).

8.2.37 – Demonstração dos Resultados Financeiros

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2021	2020			2021	2020
681	Juros Suportados	3 022,41	0,00	781	Juros Obtidos	127,94	228,59
688	Outros Custos e Perdas Financ	1 479,47	1 345,45	788	Outros Prov e Ganhos Financ	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	(4 373,94)	(1 116,86)				
		127,94	228,59			127,94	228,59

O valor registado na rubrica 'Juros suportados' corresponde a juros moratórios pagos, na sequência do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo relativo ao Processo 292/13.5BEPRT (80,27€) e do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao Processo 490/07.0TTCSCL1 (2 942.14€).

A rubrica 'Outros custos e perdas financeiras' representa os encargos com serviços bancários.

O valor inscrito na rubrica 'Juros obtidos' exhibe o rendimento obtido nas contas de Depósitos à Ordem.

8.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2021	2020			2021	2020
697	Correções relativas a exercícios anteriores	30 131,05	40 494,62	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	83 830,30	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	87,81	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	108 427,63	80 012,49
	Resultados Extraordinários	162 126,88	39 430,06				
		192 257,93	80 012,49			192 257,93	80 012,49

O valor registado na rubrica 'Correções relativas a exercícios anteriores' corresponde ao acerto do excesso da provisão criada em 2020 da comissão de gestão do FCR. Nos termos do regulamento de gestão do FCR, este deverá pagar anualmente uma comissão de gestão fixa até que se encontrem cobertos os custos diretos incorridos pelo IGFCS com a implementação do Regime Público de Capitalização. Com a cobertura dos custos relativos ao investimento inicial procedeu-se à anulação do proveito reconhecido em 2020. (Nota 8.2.35)

O montante registado na rubrica 'Reduções de amortizações e provisões' resulta do ajustamento à estimativa dos valores a pagar aos trabalhadores na sequência do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo relativo ao Processo 292/13.5BEPRT. (Nota 8.2.31)

O valor inscrito na rubrica 'Outros proveitos e ganhos extraordinários' refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCS, da componente 'Receitas de capital' com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4), refletindo o impacto da aplicação do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao valor das despesas de capital incorridas no exercício.

8.2.39 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas podem ser detalhadas conforme a tabela abaixo:

DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2021	2020
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	2 622,24	2 622,24
26	Outros Devedores		
221	Fornecedores c/c	0,00	21,55
268955	FCT	50 333,87	40 158,85
	Total	52 956,11	42 802,64

8.2.39.2 – Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA			
Contas	Designação	2021	2020
1211	Depósitos à Ordem	1 914 188,20	1 480 330,71
11	Caixa	1 016,32	1 380,40
	Total	1 915 204,52	1 481 711,11

O saldo de Depósitos à ordem e Caixa é composto pelo saldo de gerência apurado em 31 de dezembro de 2021, no montante de 87 310,90€ (28 585,04€ em 2020), que deverá, de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, transitar para o FEFSS e pelo saldo registado em operações de tesouraria, nos quais se incluem o valor de 1 768 560,26€ (1 429 823,78€ em 2020), correspondente aos valores em trânsito a entregar às entidades empregadoras no âmbito do FCT (Nota 8.2.39) e o valor de 29 901,02€ relativo à prestação de uma caução relativa a um contrato de empreitada de reabilitação de cobertura e fachadas de um edifício pertencente à carteira do FEFSS (Nota 8.2.39.4).

Tendo em consideração que a integração de saldos altera o mapa da Lei de Bases da Segurança Social, o total de despesa do OSS e o total do mapa funcional carece de Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, nos termos da Lei de Bases do Sistema da Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro), do Quadro Genérico de Financiamento do Sistema da Segurança Social (Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de novembro), da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2021) e das normas de execução do Orçamento do Estado (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, ainda em vigor, por força do disposto no respetivo artigo 210.º). Encontra-se registado em 31.12.2021 na subconta '2684412 – Credores por Transferências' o montante a devolver ao FEFSS em 2022, após aprovação da integração do referido saldo (87 310,90€).

8.2.39.3 – Acréscimos e Diferimentos – Ativo

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)					
Contas	Designação	2021		2020	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	Juros a Receber				
27111	Juros a Receber D/O	0,00	0,00	5,63	5,63
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	446 000,51	446 000,51	461 997,63	461 997,63
271	Acréscimo de Proveitos		446 000,51		462 003,26
272	Custos Diferidos				
2721	Seguros	236,07		637,92	
2722	Rendas Adiantadas	8 128,84		8 128,84	
2729	Outros Custos Diferidos	14 984,33	23 349,24	16 382,27	25 149,03
272	Custos Diferidos		23 349,24		25 149,03

Do valor inscrito na rubrica ‘Outros acréscimos de proveitos’, 83 351,20€ (76 347,63€ em 2020) corresponde à estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2022. O remanescente diz respeito ao acréscimo de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

Na rubrica ‘Outros custos diferidos’ estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a serviços de informação financeira.

8.2.39.4 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2021	2020
22	Fornecedores		
221	Fornecedores, C/C	54,22	50,46
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	29 432,40	23 302,35
26	Outros Credores		
2684412	Credores por transferências correntes	87 310,90	28 585,04
268956	Empregadores FCT	1 768 560,26	1 429 823,78
2689999	Outros credores	29 901,02	0,00
	Total Outros Credores	1 885 772,18	1 458 408,82
	Total	1 915 258,80	1 481 761,63

O valor registado na rubrica ‘Credores por Transferências Correntes’ corresponde ao saldo de gerência de 2021 do IGFCCS a ser transferido em 2022 para o FEFSS, após despacho de aprovação do saldo.

O montante inscrito na rubrica ‘Empregadores FCT’ corresponde a valores em trânsito, a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho.

Com efeito, tendo em conta que os valores a reembolsar às entidades empregadoras, nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 70/2013, lhes são transferidos através da articulação entre o sistema de suporte ao FCT e sistema de informação da segurança social (SICC), os valores resgatados ao Fundo para esse efeito são previamente transferidos para uma conta bancária da entidade gestora, sendo esta a responsável pela respetiva entrega aos empregadores.

O valor registado na rubrica “Outros credores” corresponde ao recebimento de uma caução exigida nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Código dos Contratos Públicos, para a empreitada de reabilitação de cobertura e fachadas de um edifício pertencente à carteira do FEFSS. (Nota 8.2.39.2)

8.2.39.5 – Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)					
Contas	Designação	2021		2020	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	Acréscimos de Custos				
2732	Remunerações a Liquidar	199 550,98	199 550,98	184 534,97	184 534,97
2739	Outros acréscimos de custos	238 251,24	238 251,24	177 490,57	177 490,57
273	Acréscimo de Custos		437 802,22		362 025,54
2745	Subsídios para Investimento	111 633,69	111 633,69	120 061,32	120 061,32
2749	Outros Proveitos Diferidos	23 349,22	23 349,22	25 149,01	25 149,01
274	Proveitos Diferidos		134 982,91		145 210,33

Do valor inscrito em ‘Outros Acréscimos de Custos’, (34 672,98€) dizem respeito ao acréscimo de custos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7. O valor inscrito em ‘Outros Proveitos Diferidos’ diz respeito ao diferimento de proveitos mencionado na nota 8.2.2.

8.2.39.6 – Remunerações dos Órgãos Sociais

Foram atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no decorrer dos exercícios de 2021 e de 2020, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			
		2021	2020
Conselho Diretivo	Presidente	124 543,71	104 232,66
	Vice-Presidente	46 967,71	94 011,42
	Vogal	43 585,56	0,00
Fiscal Único	Horwath & Associados, SROC, Lda	13 641,48	13 641,48

8.2.39.7 – Transferências Correntes Obtidas

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS			
Contas	Designação	2021	2020
742	Transferências Correntes Obtidas		
	FEFSS	2 150 000,00	2 003 000,00
	Total	2 150 000,00	2 003 000,00

O valor inscrito na rubrica ‘Transferências correntes obtidas – FEFSS’ corresponde às transferências, do FEFSS para o IGFSS da componente ‘Receitas correntes’ com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4).

8.2.39.8 – Declarações Relativas ao n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2021

A 31.12.2021 existem compromissos plurianuais a declarar no montante de 394 457,96€, que se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental.

Declaração de Pagamentos em Atraso em 31.12.2021

Não existem pagamentos em atraso.

Declaração de Recebimentos em Atraso em 31.12.2021

Não existem recebimentos em atraso.

8.3 – Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA

Classificação Económica			Dotações Iniciais (3)	Alterações Orçamentais				Repetições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9) = 3+4-5+6+7+8	Observações (10)
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redação da rubrica (7)			
				Reforços (4)	Anulações (5)					
0101		Remunerações certas e permanentes	1 302 612,00	104 054,00	19 000,00	0,00	0,00	0,00	1 387 666,00	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	143 574,00	10 000,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	147 574,00	
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	643 105,00	26 508,00	13 000,00	0,00	0,00	0,00	656 613,00	
01010302		Alterações obrigatórias pos.remuneratório	21 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 000,00	
01010303		Alterações facultativas pos.remuneratório	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	15 954,00	59 046,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 000,00	
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 500,00	
010111	64134/642281	Representação	96 163,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96 163,00	
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	163 584,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163 584,00	
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	53 468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53 468,00	
01011401		Subsídio de férias	79 882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 882,00	
0101140101	6412/642112	Pessoal em funções	79 882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 882,00	
01011402		Subsídio de Natal	79 882,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82 382,00	
0101140201	6412/642112	Pessoal em funções	79 882,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82 382,00	
010115		Remunerações por doença mat./ pat.	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
0102		Abonos variáveis ou eventuais	85 183,00	500,00	68 500,00	0,00	0,00	0,00	17 183,00	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	70 700,00	0,00	68 500,00	0,00	0,00	0,00	2 200,00	
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
010214	642283	Outros abonos numerário ou espécie	5 483,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 983,00	
0103		Segurança social	326 034,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326 034,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	46 671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 671,00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	278 663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278 663,00	
010306	6485	Acidentes em serviço doenças profissionais	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
0201		Aquisição de bens	28 550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 550,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 250,00	
020104	62234	Limpeza e higiene	2 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 300,00	
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 000,00	
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	
020121	622981	Outros bens	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00	
0202		Aquisição de serviços	971 450,00	139 100,00	70 600,00	0,00	0,00	0,00	1 039 950,00	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das Instalações	50 050,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65 050,00	
020202	62234	Limpeza e higiene	20 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	10 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 750,00	
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	
02020403		Princípio Onerosidade	28 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 000,00	
02020501		Locação material de informática	0,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 000,00	
020206		Locação de material de transporte	0,00	23 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 600,00	
020209	62222	Comunicações	6 734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 734,00	
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	950,00	
020213	62227	Deslocações e estadas	10 000,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00	8 000,00	
020214		Estudos, pareceres, projectos consultadoria	11 856,00	36 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 856,00	
020215	6483	Formação	13 000,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	12 500,00	
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
020218	62235	Vigilância e segurança	3 480,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 980,00	
020219	62245	Assistência técnica	96 234,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131 234,00	
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	591 296,00	10 000,00	43 100,00	0,00	0,00	0,00	558 196,00	
020225	622982	Outros serviços	28 600,00	7 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	10 600,00	
		A TRANSPORTAR	2 713 829,00	243 654,00	158 100,00	0,00	0,00	0,00	2 799 383,00	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA (Continuação)

Classificação Económica			Alterações Orçamentais				Reposições abatas aos pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9) = 3+4.5+6±7+8	Observações (10)	
Código (1)	POCISS	Descrição (2)	Dotações Iniciais (3)	Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				Modificações na redação da rubrica (7)
				Reforços (4)	Anulações (5)					
		TRANSPORTE	2 713 829,00	243 654,00	158 100,00	0,00	0,00	0,00	2 798 383,00	
0305		Outros Juros	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
030502		Outros	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
0306		Juros e outros encargos	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
04		Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	28 585,04	0,00	0,00	28 585,04	
04060002	63115	Segurança social	0,00	0,00	0,00	28 585,04	0,00	0,00	28 585,04	
07		Aquisição de bens e investimento	225 000,00	6 500,00	6 500,00	0,00	0,00	0,00	225 000,00	
070107	426	Material de informática	175 000,00	0,00	6 500,00	0,00	0,00	0,00	168 500,00	
070108	426	Software informático	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00	
070109	426	Equipamento administrativo	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
070115	429	Outros investimentos	5 000,00	6 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 500,00	
0602		Outras despesas correntes	1 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 900,00	
060201	622982114	Impostos e taxas	1 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 800,00	
060203		Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
		TOTAL	2 948 729,00	250 154,00	164 600,00	28 585,04	0,00	0,00	3 062 868,04	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – RECEITA

Classificação Económica			Previsões Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas (7) = 3+4+5-6	Observações (8)
Código (1)	POCISS	Descrição (2)		Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
05		Rendimentos de propriedade	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
06		Transferências correntes	2 672 229,00	0,00	85 554,00	0,00	2 757 783,00	
0606		Segurança Social						
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2 672 229,00	0,00	85 554,00	0,00	2 757 783,00	
07		Vendas de bens e serviços correntes	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
0702	712	Serviços	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
10		Transferências	225 000,00	0,00	0,00	0,00	225 000,00	
10060103	798311628	Segurança Social	225 000,00	0,00	0,00	0,00	225 000,00	
15		Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
16		Outras receitas de capital	0,00	28 585,04	0,00	0,00	28 585,04	
		Total	2 948 729,00	28 585,04	85 554,00	0,00	3 062 868,04	

8.3.2 – Contratação Administrativa

Situação dos Contratos

Entidade		Contrato				Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência					Pagamentos Acumulados					Observações
Designação	NIPC	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revelão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos erros e omissões	Outros trabalhos incluídos trabalhos e menos	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos erros e omissões	Outros trabalhos incluídos trabalhos e menos	
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	509100007	Mandato judicial p/ defesa JGCISS - Processos judiciais movidos p/ colab. no Trib. Adm.	14.03.2016	19 188,00	19 188,00			23.06.2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 910,15	0,00	0,00	0,00	0,00	
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	509100007	Mandato judicial - contestar Acção n.º 16895/17.9 BEPRT - AA.P.S.	19.09.2017	3 690,00	3 690,00			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	509100007	Mandato judicial - contestar acção n.º 2151/17.3 BEPRT - AA.J.S.	30.11.2017	4 305,00	4 305,00			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROCC.Lda.	506942155	FU Cf. Desp. Conj. n.º 7247/2018 - 31 jul (Fin. e SS)	01.01.2018	68 207,40	68 207,40			27.11.2018	13 641,48	0,00	0,00	0,00	0,00	52 292,34	0,00	0,00	0,00	0,00	
A Transportar									13 641,48										

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (Continuação)

Entidade	Contrato			Vício Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência					Pagamentos Acumulados					Observações				
	Designação	NIPC	Objeto	Data	Valor do contrato		Preço contratual	Nº Reg	Data	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e omissões	Outros trabalhos incluídos e trabalhos a menos	Trabalhos Normais	Revisão de Preços		Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e omissões	Outros trabalhos incluídos e trabalhos a menos	
Transporte							13														
									641,48												
Eurorex - Facility Services, Lda.	502629428	Serviço limpeza Porto	01.07.2018	417,12	417,12			26.09.2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MEO - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	504615947	SMT - Serviço Móvel Terrestre - AQ SMT	01.12.2019	6 508,56	6 508,56			21.02.2019	2 502,25	0,00	0,00	0,00	0,00	6 229,11	0,00	0,00	0,00	0,00			
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.	502768118	Segurança, Saúde e Higiene Trabalho	01.04.2019	4 245,72	4 245,72			27.08.2019	584,72	0,00	0,00	0,00	0,00	3 769,04	0,00	0,00	0,00	0,00			
PLMJ Advogados, SP RL	502289929	Assess. Jurid. Proc. Negócio	31.10.2019	42 088,24	42 088,24			14.05.2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 088,24	0,00	0,00	0,00	0,00			
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A.	503891797	Contrato Manutenção Sist. Gestão Ativos	20.05.2019	237 396,15	237 396,15			30.12.2019	79 132,04	0,00	0,00	0,00	0,00	178 047,09	0,00	0,00	0,00	0,00			
Petróleos de Portugal - Petrol, S.A.	500697370	Aq. Comb. Rodoviários - 2020	01.01.2020	1 466,88	1 466,88			27.02.2020	111,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1 466,88	0,00	0,00	0,00	0,00			
MEO - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	504615947	Ser. Telefone Fixo - Serv. Voz Dados Local Fixo	30.10.2019	599,06	599,06			12.10.2020	311,31	0,00	0,00	0,00	0,00	450,31	0,00	0,00	0,00	0,00			
Eden Springs Portugal, S.A.	501629190	An. garrafas água - Anos 2020/2021	01.01.2020	1 153,75	1 153,75			20.03.2020	172,55	0,00	0,00	0,00	0,00	320,63	0,00	0,00	0,00	0,00			
Bloomberg Finance, LP (valor em USD)	USA 06 1818168	Pres. Inf. rel./ mercados monet. e capitais (novo contrato)	03.04.2020	950 544,00	950 544,00			07.08.2020	368 589,80	0,00	0,00	0,00	0,00	638 009,30	0,00	0,00	0,00	0,00	Contravaler em 2020 (C): 251.051,90; Contravaler em 2021 (C): 383.737,50.		
Galp Power, S.A.	504723456	Serv. Fornec. Energia Eléctrica	01.01.2020	25 000,00	25 000,00			27.01.2020	1 279,42	0,00	0,00	0,00	0,00	17 535,04	0,00	0,00	0,00	0,00			
Servicel - Soluções para a Segurança e Informática, Lda.	509536654	Implementação do RGPD	29.11.2019	18 696,00	18 696,00			30.12.2019	4 674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 022,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	501340467	Ser. Auditoria contas - BDFSS, FEFSS, FCR e FCT - Anos 2020/2021	19.10.2020	73 800,00	73 800,00			31.12.2020	36 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
CTT - Correios de Portugal, S.A.	500077568	Serviço - Pré-pago Correios	25.11.2019	700,00	700,00			27.11.2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Acin - iCloud Solutions, Lda	511135610	Plataforma Eletrónica Contratação Pública	27.05.2020	1 845,00	1 845,00			24.09.2020	615,00	0,00	0,00	0,00	0,00	922,50	0,00	0,00	0,00	0,00			
Wide Travel - Viagens e Turismo, Lda.	508773911	Serviço Viagens, Transportes e Alojamento	16.02.2021	863,10	863,10			25.05.2021	463,10	0,00	0,00	0,00	0,00	463,10	0,00	0,00	0,00	0,00			
Petróleos de Portugal - Petrol, S.A.	500697370	Aq. Comb. Rodoviários Postos de Abastecimento Públicos - Ano 2021	01.01.2021	6 462,88	6 462,88			22.02.2021	1 185,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1 185,62	0,00	0,00	0,00	0,00			
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	503504564	Fornec. Energia Eléctrica - Ano 2021	01.01.2021	29 000,00	29 000,00			19.02.2021	12 747,79	0,00	0,00	0,00	0,00	12 747,79	0,00	0,00	0,00	0,00			
OHMTécnica - Representação de Marcas, Lda.	504059521	Aq. Papel Cópia e Impressão - Ano 2021	01.01.2021	250,55	250,55			22.02.2021	250,55	0,00	0,00	0,00	0,00	250,55	0,00	0,00	0,00	0,00			
Servisan - Produtos de Higiene, S.A.	500246530	Aq. Produtos Higiene e Limpeza	01.04.2021	2 096,41	2 096,41			25.10.2021	307,01	0,00	0,00	0,00	0,00	307,01	0,00	0,00	0,00	0,00			
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda.	500654972	Serviços de Cópia e Impressão	31.07.2021	3,39	3,39			20.08.2021	3,39	0,00	0,00	0,00	0,00	3,39	0,00	0,00	0,00	0,00			
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda.	500654972	Serviços de Cópia e Impressão	23.12.2020	26 125,20	26 125,20			05.02.2021	8 708,40	0,00	0,00	0,00	0,00	8 708,40	0,00	0,00	0,00	0,00			
Prosegur - Companhia de Seguros Unipessoal, Lda.	501290567	Serviço Recolha e Guarda Suportes Inform.	01.09.2020	3 909,35	3 909,35			21.10.2020	3 257,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3 909,35	0,00	0,00	0,00	0,00			
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores - INA	600084876	Serv. Psicologia apoio recrutamento pessoal	16.10.2020	13 591,50	13 591,50			06.07.2021	13 591,50	0,00	0,00	0,00	0,00	13 591,50	0,00	0,00	0,00	0,00			
Eurorex - Facility Services, Lda.	502629428	Serv. Higiene Limpeza - Lote Norte - Aq Hig. Limp. Porto dez/20-mar/21	01.12.2020	4 087,52	4 087,52			25.01.2021	4 087,52	0,00	0,00	0,00	0,00	4 087,52	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ferlimpa 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda.	506278522	Serv. Hig. Lim. - Lote LIT - Aq Hig. Limp. - Lisboa dez/20-mar/21	01.12.2020	1 551,76	1 551,76			05.04.2021	1 551,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1 551,76	0,00	0,00	0,00	0,00			
ATM - Manutenção Total	502700823	Substituição manra filtrante ar condicionado	17.11.2020	438,90	438,90			25.01.2021	438,90	0,00	0,00	0,00	0,00	438,90	0,00	0,00	0,00	0,00			
PLMJ Advogados, SP RL	502289929	Assess. Jurid. Proc. Negócio	12.11.2021	36 900,00	36 900,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Claranet II - Solutions, S.A.	510728189	Aq. coluna som c/ entrada micro	27.11.2020	530,95	530,95			25.06.2021	530,95	0,00	0,00	0,00	0,00	530,95	0,00	0,00	0,00	0,00			
Claranet II - Solutions, S.A.	510728189	Aq. Licenc. SQL Server - 35 utilizadores	31.12.2020	9 319,32	9 319,32			22.02.2021	9 319,32	0,00	0,00	0,00	0,00	9 319,32	0,00	0,00	0,00	0,00			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. anúncio admisão/exclusão candidaturas Proc. Recrut. - Ref.º DI-TS 1/2020	28.01.2021	15,84	15,84			03.02.2021	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. anúncio admisão/exclusão candidaturas Proc. Recrut. - Ref.º DEPC-TS 1/2020	28.01.2021	15,84	15,84			03.02.2021	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00			
APR - Management Solutions	502874210	Serv. Manut. Assist. Básica Software Aplicacional Contab.	28.01.2021	2 158,40	2 158,40			22.02.2021	2 158,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2 158,40	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	600055639	Renovação dois cartões Certificação Eletrónica	19.02.2021	128,00	128,00			20.08.2021	128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
NOS - Comunicações, S.A.	502604751	Serviços TV por cabo	29.01.2021	858,29	858,29			19.02.2021	823,25	0,00	0,00	0,00	0,00	823,25	0,00	0,00	0,00	0,00			
ATM - Manutenção Total	502700823	Serv. Manut. Ar Condicionado	29.01.2021	1 719,36	1 719,36			05.04.2021	1 719,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1 719,36	0,00	0,00	0,00	0,00			
CML - Câmara Municipal de Lisboa	500051070	Estac. veículo 45-73-XB - via pública	29.01.2021	1 542,85	1 542,85			05.02.2021	1 542,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1 542,85	0,00	0,00	0,00	0,00			
Estil - Parques de Estacionamento, S.A.	503311685	Estac. veículo 94-14-QC - via pública	29.01.2021	1 162,80	1 162,80			05.02.2021	1 162,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1 162,80	0,00	0,00	0,00	0,00			
Truynolen-Est. Serv. Protecção Ambiental, Lda	505352184	Serv. controlo murfides	29.01.2021	221,40	221,40			22.02.2021	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00			
Toptoner-Reciclagem e Comercialização de Consumíveis de Impressão, Lda.	504242644	Aq. 1000 máscaras cirúrgicas descartáveis-COVID 19	29.01.2021	84,80	84,80			22.02.2021	84,80	0,00	0,00	0,00	0,00	84,80	0,00	0,00	0,00	0,00			
Fleur - Reciclagem de Consumíveis Informáticos Unipessoal, Lda.	506212424	Aq. Toner's CF244A	29.01.2021	28,17	28,17			22.02.2021	28,17	0,00	0,00	0,00	0,00	28,17	0,00	0,00	0,00	0,00			
A Transportar									588 006,06												

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (Continuação)

Entidade		Contrato						Visto Tribunal Contas		Pagamentos na Gerência					Pagamentos Acumulados				Observações
Designação	NIPC	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Nº Reg	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos e menos	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos e menos	
Transporte									568 006,06										
IPM - Informática Papelaria Mobilário, Lda.	507847741	Aq. Tonner 's CF244A	27.07.2021	41,82	41,82			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santogal F - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	501122052	Ver. Insp. viatura 45-73-XB	11.03.2021	761,86	761,86			26.04.2021	761,86	0,00	0,00	0,00	0,00	761,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISEP - Instituto Superior Engenharia Porto	501540709	Arrend. salas p/ prova escrita - Processo Recrutamento pessoal	17.03.2021	885,60	885,60			06.05.2021	885,60	0,00	0,00	0,00	0,00	885,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. DR - Convoc. Prest. provas escritas - Ref.º DEPC-TS-1/2020	10.03.2021	15,84	15,84			11.03.2021	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. DR - Conv. prestação provas escritas - ref.º DI-TS-1/2020	10.03.2021	15,84	15,84			11.03.2021	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda.	500654972	Transp. e Instalação Equip. Multif. Lisboa	17.03.2021	904,05	904,05			24.03.2021	904,05	0,00	0,00	0,00	0,00	904,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Business Entity Data B.V.	NL 851532966801	Manut. LEI - Legal Entity Identifier	23.03.2021	75,17	75,17			23.03.2021	75,17	0,00	0,00	0,00	0,00	75,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edrevistas - Sociedade Editorial, S.A.	500061130	Subsc. Sem. Jornal Negócios - 1.º Sem.	07.04.2021	184,10	184,10			13.04.2021	184,10	0,00	0,00	0,00	0,00	184,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sages - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.	501768118	Segurança, Saúde e Higiene Trabalho	01.04.2021	3 899,72	3 899,72			25.05.2021	1 462,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1 462,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferimp 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda.	506278522	Serv. Hig. Limp. - Lote LVT - AQ Hig. Limp. - Lisboa-abr/21-mai/21	01.04.2021	778,00	778,00			25.05.2021	778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Timberlake Consultores, Lda.	503798002	Licença Eviews	07.05.2021	2 533,80	2 533,80			25.05.2021	2 533,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2 533,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eurotex - Facility Services, Lda.	502629428	Serv. Hig. Limp. - Lote Norte - AQ Hig. Limp. - Porto - abr/21-mai/21	01.04.2021	1 977,16	1 977,16			02.06.2021	1 977,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1 977,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MG & A Sociedade de Advogados, RL	504382551	Mand. Jud. Patroc. IGFCS - Proc. Jud. movidos p/ colaboradores	31.03.2021	1 377,60	1 377,60			26.04.2021	1 377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1 377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. Port. Ext. Enc. - Proc. Empreit. Reab. Cobert. Fachadas Ed. Ciência I - Taguspark	13.04.2021	47,53	47,53			13.04.2021	47,53	0,00	0,00	0,00	0,00	47,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. Port. Ext. Enc. - Proc. Emp. Subst. Eq. Seg. Infraest. Hidráulica e Rep. Diversas Ed. Ciência I - Taguspark	13.04.2021	47,53	47,53			13.04.2021	47,53	0,00	0,00	0,00	0,00	47,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Petroleos de Portugal - Petrogal, S.A.	500697370	Fornecimento Energia Elétrica - Ano 2022	23.12.2021	33 210,00	33 210,00			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Petroleos de Portugal - Petrogal, S.A.	500697370	Aq. Comb. Rodoviários Postos Abast. Públicos - Ano 2022	17.12.2021	6 527,54	6 527,54			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SegundoControl - Téc. Informáticas, Lda.	507714318	Aq. leitores biométricos (Leit. Imp. digitais)	20.04.2021	1 853,79	1 853,79			06.05.2021	1 853,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 853,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISEP - Instituto de Superior Engenharia Porto	501540709	Arrend. salas p/ provas psicológicas - Proc. Recrut. pessoal	22.05.2021	553,50	553,50			06.07.2021	553,50	0,00	0,00	0,00	0,00	553,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Toptoner-Reciclagem e Comercialização de Consumíveis de Impressão, Lda.	504242644	Aq. 2 Tonner 's CF244A	15.06.2021	113,65	113,65			25.06.2021	113,65	0,00	0,00	0,00	0,00	113,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Linkcom - Sistemas de Informação, S.A.	505046547	Manut. firmware discos storage EMC	07.05.2021	590,40	590,40			06.07.2021	590,40	0,00	0,00	0,00	0,00	590,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. DR - convocatória prest. provas av. psicológica - Ref.º DEPC-TS-1/2020	11.05.2021	15,84	15,84			11.05.2021	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	500792887	Pub. DR - convocatória prest. provas av. psicológica - Ref.º DI-TS-1/2020	11.05.2021	15,84	15,84			11.05.2021	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Monte Pedral	502226609	Serv. Transp. Equip. Tax Porto - Lisboa	20.05.2021	78,72	78,72			25.06.2021	78,72	0,00	0,00	0,00	0,00	78,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISEP - Instituto Superior Engenharia Porto	501540709	Serv. Inform. Infraest. p/ apoio realização provas av. psicológica - Proc. recrut. pessoal IGFCS	20.05.2021	369,00	369,00			06.07.2021	369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MG & A Sociedade de Advogados, RL	504382551	Mand. Jud. patrocínio IGFCS - Processos judiciais movidos p/ colaboradores	27.05.2021	4 526,40	4 526,40			23.07.2021	4 526,40	0,00	0,00	0,00	0,00	4 526,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eurotex - Facility Services, Lda.	502629428	Serv. Hig. Limp. - Lote Norte - AQ Hig. Limp.	01.06.2021	22 210,75	22 210,75			23.07.2021	6 478,15	0,00	0,00	0,00	0,00	6 478,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sá Limpa - Sociedade de Limpezas, Lda.	504458086	Ser. Hig. Limp. - Lote LVT - AQ Hig. Limp. - Lisboa	01.06.2021	9 773,14	9 773,14			23.07.2021	2 443,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2 443,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Retificação Pub. Port. Ext. Encargos	20.05.2021	31,68	31,68			20.05.2021	31,68	0,00	0,00	0,00	0,00	31,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Toptoner-Reciclagem e Comercialização de Consumíveis de Impressão, Lda.	504242644	Aq. 1000 máscaras cirúrgicas descartáveis	22.06.2021	71,02	71,02			25.06.2021	71,02	0,00	0,00	0,00	0,00	71,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda.	500654972	Aquisição de Cópias	22.06.2021	2,95	2,95			06.07.2021	2,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	600055639	Cartão Certificação Eletrónica	23.06.2021	240,00	240,00			20.08.2021	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR Conc. Pub. - Empreit. Reab. Cobertura Fachadas Ed. Ciência I - Taguspark	21.06.2021	168,72	168,72			21.06.2021	168,72	0,00	0,00	0,00	0,00	168,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR Conc. Pub. Emp. Subst. Equip. Seg. Infraest. Hidráulica e Rep. Diversas no Ed. Ciência I - Taguspark	21.06.2021	170,77	170,77			21.06.2021	170,77	0,00	0,00	0,00	0,00	170,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR Conc. Pub. Fac. Emp. Reab. Cobertura Fachadas e Subst. Eq. Seg. Infraest. Hidráulica e Rep. Diversas Ed. Ciência I - Taguspark	21.06.2021	167,90	167,90			21.06.2021	167,90	0,00	0,00	0,00	0,00	167,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Granjair, Lda.	508626992	Manut. anual ar condicionado IGFCS Lisboa	23.06.2021	258,30	258,30			23.06.2021	172,20	0,00	0,00	0,00	0,00	172,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Viagens El Corte Inglés, Lda.	980099323	Serv. Viagens, Transportes e Alojamento	11.01.2022	3 600,00	3 600,00			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR - Resultados Provas avaliação - Ref.º DI-TS-1/2020	09.07.2021	15,95	15,95			12.07.2021	15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR - Result. Provas avaliação - Ref.º DEPC-TS-1/2020	09.07.2021	15,95	15,95			12.07.2021	15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	600055639	Cartão Certificação Eletrónica	09.07.2021	180,00	180,00			20.08.2021	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A Transportar									617 348,18										

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (Continuação)

Entidade		Contrato				Visto Tribunal Contas		Pagamentos na Gerência					Pagamentos Acumulados					Observações
Designação	NIPC	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Nº Reg	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e omissões	Outros trabalhos incluindo trabalhos a menos	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e omissões	
Transporte									617 348,18									
ATM - Manutenção Total	502700823	Instalação sistema de ar condicionado	07.09.2021	6 652,80	6 652,80			25.10.2021	6 652,80	0,00	0,00	0,00	0,00	6 652,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Valentim Ribeiro Gonçalves Basto, Sucª, Lda	500295158	Aq. cartões visita	12.07.2021	221,40	221,40			20.08.2021	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Maria Margarida Moreira - Farmácia Sociedade Unipessoal, Lda	514202386	Aq. testes antigénio	13.07.2021	150,00	150,00			05.08.2021	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Frontline Systems Inc.	USA 121201694	Assist. Técnica API Solver	28.07.2021	1 052,31	1 052,31			03.08.2021	1 052,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1 052,31	0,00	0,00	0,00	0,00
RibeiroMtec - Unipessoal, Lda	502703156	Fornec. Inst. material eléctrico	22.07.2021	629,65	629,65			20.08.2021	629,65	0,00	0,00	0,00	0,00	629,65	0,00	0,00	0,00	0,00
Maria Margarida Moreira - Farmácia Sociedade Unipessoal, Lda	514202386	Aq. testes de antigénio	23.07.2021	240,00	240,00			25.10.2021	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Siglas - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda	501768118	Aq. testes antigénio	23.07.2021	105,00	105,00			25.10.2021	105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cartório Notarial Laurinda Gomes	187507554	Serv. Reconhecimento Notarial	22.09.2021	145,43	145,43			23.09.2021	145,43	0,00	0,00	0,00	0,00	145,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Olmar - Artigos de Papelaria, Lda	508831989	Aq. Bens Económico	23.07.2021	561,18	561,18			20.08.2021	561,18	0,00	0,00	0,00	0,00	561,18	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR nomeação membros Cons. Consultivo IGFCCS	23.07.2021	15,95	15,95			23.07.2021	15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	15,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Estil - Parques de Estacionamento, S.A.	503311685	Estac. veículo do IGFCCS - via pública	23.07.2021	508,25	508,25			20.08.2021	508,25	0,00	0,00	0,00	0,00	508,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Granjair, Lda	508626692	Aq. Montagem aparelho ar condicionado	16.09.2021	4 454,40	4 454,40			23.12.2021	4 454,40	0,00	0,00	0,00	0,00	4 454,40	0,00	0,00	0,00	0,00
The Economist Newspaper Limited	501900640	Subs. revista The Economist	18.09.2021	275,00	275,00			23.09.2021	275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opaco - Equipamentos de Escritório, Lda	503350052	Aq. cadeiras secretária	27.10.2021	2 154,96	2 154,96			23.11.2021	2 154,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2 154,96	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR nomeação Reg. Subst. Director Depart. IGFCCS	19.08.2021	47,86	47,86			19.08.2021	47,86	0,00	0,00	0,00	0,00	47,86	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda	500654972	Aquisição de Cópias	16.09.2021	69,25	69,25			25.10.2021	69,25	0,00	0,00	0,00	0,00	69,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Prosegur - Companhia de Seguros Unipessoal, Lda	501290567	Serv. Recolha Guarda de Sup. Inform.	01.11.2021	3 931,47	3 931,47			07.12.2021	655,24	0,00	0,00	0,00	0,00	655,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Edirevistas - Sociedade Editorial, S.A.	500061130	Subs. Jornal Negócios - 2º Sem.	16.09.2021	184,10	184,10			23.09.2021	184,10	0,00	0,00	0,00	0,00	184,10	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. Port. Ext. Encargos - Process. concursal Serv. Inf. Financ.	16.09.2021	57,98	57,98			23.09.2021	57,98	0,00	0,00	0,00	0,00	57,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Acin - iCloud Solutions, Lda	511135610	Subs. Certificado Digital Singular Qualificado Profissional	16.09.2021	123,00	123,00			23.09.2021	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Car Rental Company, Lda	514157607	Aq. duas viaturas Regime AOV	23.12.2021	10 184,40	10 184,40			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Monte Pedral	502226609	Transp. Eq. Inform. Lisboa - Porto	06.10.2021	295,20	295,20			25.10.2021	295,20	0,00	0,00	0,00	0,00	295,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Valentim Ribeiro Gonçalves Basto, Sucª, Lda	500295158	Aq. envelopes e cartões visita	14.10.2021	2 515,35	2 515,35			23.12.2021	2 515,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2 515,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda	500654972	Adic. contrato Serv. Cópia Impressão	08.11.2021	3 075,00	3 075,00			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MED - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	504615947	Serv. Telef. Fixo - Serv. Voz Dados local fixo	31.12.2021	221,40	221,40			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquário - Comércio de Electrónica, Lda	501918515	Aq. Lâmpadas LED	11.11.2021	64,52	64,52			12.11.2021	64,52	0,00	0,00	0,00	0,00	64,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Agendis Business Solutions, Lda	514277408	Aq. coloc. vidro veículo propriedade IGFCCS	03.12.2021	367,03	367,03			13.12.2021	367,03	0,00	0,00	0,00	0,00	367,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Versipieren - Corretores de Seguros, S.A.	500638326	Seguro Frota Automóvel IGFCCS	03.12.2021	236,07	236,07			30.12.2021	236,07	0,00	0,00	0,00	0,00	236,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Queila Ferreira, Lda	506833607	Aq. produtos farmácia	03.12.2021	11,52	11,52			03.12.2021	11,52	0,00	0,00	0,00	0,00	11,52	0,00	0,00	0,00	0,00
MCoutinho - Comércio de Automóveis, S.A.	506629244	Ver. Insp. Períod. Obrig. Veículo propriedade IGFCCS	06.12.2021	109,00	109,00			23.12.2021	109,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR listas ordenação final - Proced. concursos DERC/TS/1/2020 e DI/TS/1/2020	07.12.2021	31,90	31,90			07.12.2021	31,90	0,00	0,00	0,00	0,00	31,90	0,00	0,00	0,00	0,00
CTT - Correios de Portugal, S.A.	500077568	Renov. apartado correspondência - Ano 2022	10.12.2021	73,80	73,80			13.12.2021	73,80	0,00	0,00	0,00	0,00	73,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda	500654972	Aquisição de Cópias	23.12.2021	22,39	22,39			23.12.2021	22,39	0,00	0,00	0,00	0,00	22,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	503630330	Aquisição um aquecedor	09.12.2021	69,99	69,99			09.12.2021	69,99	0,00	0,00	0,00	0,00	69,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituto dos Registos e do Notariado, LP	508184258	Aq. Certidões Permanentes Ed. pertencentes à carreira FEFSS	15.12.2021	435,00	435,00			15.12.2021	435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imoestatística - Sistemas de Informação de Imobiliário, Lda	507830369	Revista Confidencial Imobiliário	28.12.2021	290,00	290,00			30.12.2021	290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR Deles. Compzet. membros CD IGFCCS, IP	27.12.2021	106,90	106,90			27.12.2021	106,90	0,00	0,00	0,00	0,00	106,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslen Springs Portugal, S.A.	501629190	Aq. garrafas água - Ano 2022/2023	23.12.2021	979,71	979,71			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OHMTécnica - Representação de Marcas, Lda	504059521	Aq. papel cópia impressão	27.12.2021	144,65	144,65			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MED - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	504615947	SMT - Serviço Móvel Terrestre - Aq SMT	31.12.2021	453,86	453,86			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A Transportar									640 280,61									

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (Continuação)

Entidade		Contrato				Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência					Pagamentos Acumulados					Observações
Designação	NIPC	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e omissões	Outros trabalhos incluídos a menos	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos e omissões	Outros trabalhos incluídos a menos	
Transporte								640 280,61											
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	500792887	Pub. DR Deleg. Compet. titulares cargos Direção interm. IGFCSS	30.12.2021	97,33	97,33			30.12.2021	97,33	0,00	0,00	0,00	0,00	97,33	0,00	0,00	0,00	0,00	
Faculdade de Economia do Porto	501413197	Doutoramento Gestão - Especialidade Finanças	01.01.2016	11 520,00	11 520,00			07.07.2016	1 205,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8 707,79	0,00	0,00	0,00	0,00	
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	502117524	LOE21 - O reg. especial aq. Bens Serv. Adm. Central	16.02.2021	55,00	55,00			05.04.2021	55,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	502117524	Trabalhos Complementares Erros Omissões CCP	06.05.2021	120,00	120,00			23.07.2021	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	509744036	CAGEP - Curso Avançado Gestão Pública	24.08.2021	685,00	685,00			30.12.2021	685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direct Hit, Lda	504526146	Capacitação operac. - proced. conformidade RGPD (Regulamento UE 2016/679) e LERGPD (Lei 58/2019) a aplicar public. Cont. Púb. Portal Base	25.10.2021	221,40	221,40			07.12.2021	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00	221,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direct Hit, Lda	504526146	Capac. Operac. Proc. conform. RGPD (Reg. UE 2016/679) e LERGPD (Lei 58/2019) (p. pub. Cont. Púb. Portal Base	25.10.2021	233,70	233,70			30.12.2021	233,70	0,00	0,00	0,00	0,00	233,70	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ovo Legis, Unipessoal, Lda.	508920400	Código Contratos Públicos - Últimas Alterações Legislativas - Lei 30/2021	13.12.2021	150,00	150,00			13.12.2021	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ovo Legis, Unipessoal, Lda.	508920400	Código Contratos Públicos - Últimas Alterações Legislativas - Lei 30/2021	13.12.2021	150,00	150,00			13.12.2021	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BPN IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	720000645	Renda instalações - Porto	01.01.2021	97 546,08	97 546,08			06.01.2021	97 546,08	0,00	0,00	0,00	0,00	97 546,08	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imobiliária Azul e Branca	901147893	Condomínio	01.01.2021	22 486,92	22 486,92			06.01.2021	22 486,92	0,00	0,00	0,00	0,00	22 486,92	0,00	0,00	0,00	0,00	
Águas do Porto, EM	507718666	Fornecimento água	01.01.2021	509,48	509,48			08.01.2021	509,48	0,00	0,00	0,00	0,00	509,48	0,00	0,00	0,00	0,00	
Worten - Equipamentos Para o Lar, S.A.	503630330	Aq. Teclado e rato sem fios	25.01.2021	29,99	29,99			25.01.2021	29,99	0,00	0,00	0,00	0,00	29,99	0,00	0,00	0,00	0,00	
Worten - Equipamentos Para o Lar, S.A.	503630330	Aq. um tonner HP M284/W CF 244A	21.12.2021	59,99	59,99			21.12.2021	59,99	0,00	0,00	0,00	0,00	59,99	0,00	0,00	0,00	0,00	
SOMSESS - Portaria n.º 278/2012	600006441	Renda instalações - Lisboa	01.01.2021	20 496,00	20 496,00			06.07.2021	20 496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Quosque - Natalina Carneiro, Venda de Jornais e Revistas	208798501	Aq. Jornais	01.01.2021	515,10	515,10			29.01.2021	515,10	0,00	0,00	0,00	0,00	515,10	0,00	0,00	0,00	0,00	
Letra Agradável, Unipessoal Lda	510256430	Aq. Jornais	01.11.2021	67,60	67,60			26.11.2021	67,60	0,00	0,00	0,00	0,00	67,60	0,00	0,00	0,00	0,00	
MCH - Modelo Contínente Hipermercados, S.A.	502011475	Aq. Produtos Limpeza	24.06.2021	16,04	16,04			24.06.2021	16,04	0,00	0,00	0,00	0,00	16,04	0,00	0,00	0,00	0,00	
Frigo Dado - Distribuição Alimentar, S.A.	500829993	Aq. um jarro água elétrico Hoffman	29.06.2021	22,99	22,99			29.06.2021	22,99	0,00	0,00	0,00	0,00	22,99	0,00	0,00	0,00	0,00	
Frigo Dado - Distribuição Alimentar, S.A.	500829993	Aq. Produtos Limpeza	30.06.2021	32,37	32,37			30.06.2021	32,37	0,00	0,00	0,00	0,00	32,37	0,00	0,00	0,00	0,00	
Frigo Dado - Distribuição Alimentar, S.A.	500829993	Aq. Bens Consumo	31.12.2021	6,59	6,59			31.12.2021	6,59	0,00	0,00	0,00	0,00	6,59	0,00	0,00	0,00	0,00	
MCH - Modelo Contínente Hipermercados, S.A.	502011475	Aq. Bens Consumo	25.11.2021	38,26	38,26			25.11.2021	38,26	0,00	0,00	0,00	0,00	38,26	0,00	0,00	0,00	0,00	
Doces Dabeite - Meio Quente, Pastelaria, Lda	507842707	Aq. Bens Consumo	25.11.2021	190,88	190,88			25.11.2021	190,88	0,00	0,00	0,00	0,00	190,88	0,00	0,00	0,00	0,00	
Máximo Zanetti Beverage Indústria, S.A.	507518071	Aq. Bens Consumo	25.11.2021	11,35	11,35			25.11.2021	11,35	0,00	0,00	0,00	0,00	11,35	0,00	0,00	0,00	0,00	
Hóma - DSTore Retail, S.A.	506452581	Aq. Bens Consumo	25.11.2021	7,96	7,96			25.11.2021	7,96	0,00	0,00	0,00	0,00	7,96	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bazar Amizade - Shan Zicong	222437847	Aq. Bens Consumo	25.11.2021	8,00	8,00			25.11.2021	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Loja Origami - Cheng Ji Hai	233712291	Aq. Bens Consumo	25.11.2021	6,75	6,75			25.11.2021	6,75	0,00	0,00	0,00	0,00	6,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
CIT - Correios de Portugal, S.A.	500077568	Serviços Postais (fora do Pré-Pago)	05.03.2021	17,05	17,05			05.03.2021	17,05	0,00	0,00	0,00	0,00	17,05	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gardão Notarial de Isabel Catarina Ferreira	107200562	Reconhecimento Notarial	31.08.2021	112,87	112,87			31.08.2021	112,87	0,00	0,00	0,00	0,00	112,87	0,00	0,00	0,00	0,00	
Leroy Merlin Portugal - Sociedade de Bricolage, S.A.	504995251	Aq. 5 ligadores + régua junção e fita soldadora	11.05.2021	4,07	4,07			11.05.2021	4,07	0,00	0,00	0,00	0,00	4,07	0,00	0,00	0,00	0,00	
Farmácia Algarve - Madalena Neves Farmácia, Unipessoal, Lda.	506692884	Aq. Máscaras Cirúrgicas	31.05.2021	12,95	12,95			31.05.2021	12,95	0,00	0,00	0,00	0,00	12,95	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquário - Comércio de Eletrónica, Lda.	501918515	Aq. 2 pilhas alcalinas	15.11.2021	4,60	4,60			15.11.2021	4,60	0,00	0,00	0,00	0,00	4,60	0,00	0,00	0,00	0,00	
Garagem Auto-Alargo, Lda	500124043	Lavagem viatura propriedade IGFCSS	29.10.2021	16,90	16,90			29.10.2021	16,90	0,00	0,00	0,00	0,00	16,90	0,00	0,00	0,00	0,00	
Catolognemanía Porto, Lda.	514001151	Despesas de alojamento	17.12.2021	100,00	100,00			17.12.2021	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
El Corte Inglés - Grandes Armazéns, SA	501810285	Aq. Produtos Limpeza	31.12.2021	9,09	9,09			31.12.2021	9,09	0,00	0,00	0,00	0,00	9,09	0,00	0,00	0,00	0,00	
Carla Maria Monteiro Martins Maia	208798501	Aq. Produtos Limpeza	20.09.2021	12,60	12,60			20.09.2021	12,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12,60	0,00	0,00	0,00	0,00	
Spar Industrial CO, LTD	CHN 518103	Aq. Material Informático (Fax Modern)	04.05.2021	13,67	13,67			04.05.2021	13,67	0,00	0,00	0,00	0,00	13,67	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amazon S.A R.L.	Lx980339898	Aq. Livro Narrative Economics: How Stories Go Viral and Drive Viral Major Economic	22.02.2021	22,95	22,95			22.02.2021	22,95	0,00	0,00	0,00	0,00	22,95	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amazon S.A R.L.	Lx980339898	Aq. Livro The Great Demographic Reversal: Aging Societies, Waning Inequality, and an Irrifation Revival	22.02.2021	26,49	26,49			22.02.2021	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	
A Transportar								785 804,42											

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (Continuação)

Entidade		Contrato					Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência					Pagamentos Acumulados					Observações
Designação	NIPC	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Nº Reg	Data	Trabalhos Normais		Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos erros e omissões	Outros trabalhos incluindo trabalhos a menos	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos suprimidos erros e omissões	Outros trabalhos incluindo trabalhos a menos		
Transporte									785 604,42											
Feliz Londres Shopping, Lda.	510886655	Aq. envelopes almofadados	17.06.2021	10,95	10,95			17.06.2021	10,95	0,00	0,00	0,00	0,00	10,95	0,00	0,00	0,00	0,00		
AbsolutEficaz - Combustíveis, Lda.	508971837	Lavagem viatura propriedade IGFCSS	07.05.2021	11,10	11,10			07.05.2021	11,10	0,00	0,00	0,00	0,00	11,10	0,00	0,00	0,00	0,00		
Medicina Laboratorial Dr. Carlos Silva Torres, S.A.	500753296	Realização testes antigénio	20.07.2021	25,00	25,00			20.07.2021	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Laboratório de Análise Clínicas Aguiar e Oliveira, Lda.	501152288	Realização testes antigénio	06.09.2021	50,00	50,00			06.09.2021	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Gepoil - Soc. Gest. P.A. Comb., S.A.	504118021	Aquisição Combustíveis	31.12.2021	51,92	51,92			31.12.2021	51,92	0,00	0,00	0,00	0,00	51,92	0,00	0,00	0,00	0,00		
Manuel Antunes Tomé, Lda.	500454850	Serviço de Táxis	25.05.2021	5,00	5,00			25.05.2021	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transportes Intermodais do Porto, ACE	506240266	Disp. Aq. Bilhetes Metro Porto	25.05.2021	3,00	3,00			25.05.2021	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CP - Comboios de Portugal, EPE	500498601	Aquisição de Bilhete de Comboio	25.05.2021	13,40	13,40			25.05.2021	13,40	0,00	0,00	0,00	0,00	13,40	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ricardo e Rúben, Lda.	516201239	Serviço de Táxis	22.09.2021	7,00	7,00			22.09.2021	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Bairrada & Bairrada - Táxi, Lda.	505649004	Serviço de Táxis	22.09.2021	8,65	8,65			22.09.2021	8,65	0,00	0,00	0,00	0,00	8,65	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transportes Intermodais do Porto, ACE	506240266	Disp. Aq. Bilhetes Metro Porto	05.03.2021	75,60	75,60			05.03.2021	75,60	0,00	0,00	0,00	0,00	75,60	0,00	0,00	0,00	0,00		
Via Verde Portugal - Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A.	504656767	Despesas com portagens	29.01.2021	806,95	806,95			29.01.2021	806,95	0,00	0,00	0,00	0,00	806,95	0,00	0,00	0,00	0,00		
ESL - Parques de Estacionamento, S.A.	503311685	Estac. veículo propriedade IGFCSS	14.06.2021	60,00	60,00			14.06.2021	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
António da Cunha Santos Moreira	148836500	Serviço de Táxis	26.07.2021	5,35	5,35			26.07.2021	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00		
Serviço de Táxis - Táxis Tomás Mota, Lda.	503409669	Serviço de Táxis	26.07.2021	19,35	19,35			26.07.2021	19,35	0,00	0,00	0,00	0,00	19,35	0,00	0,00	0,00	0,00		
Serviço de Táxis - Auto Táxis Beiral Alentejano, Lda.	500590184	Serviço de Táxis	26.07.2021	19,05	19,05			26.07.2021	19,05	0,00	0,00	0,00	0,00	19,05	0,00	0,00	0,00	0,00		
Serviço de Táxis - Primaverense Táxis, Lda.	508220580	Serviço de Táxis	26.07.2021	5,55	5,55			26.07.2021	5,55	0,00	0,00	0,00	0,00	5,55	0,00	0,00	0,00	0,00		
Auto Táxis Bigodes II - Táxis e Bus, Lda.	500918945	Serviço de Táxis	21.12.2021	19,65	19,65			21.12.2021	19,65	0,00	0,00	0,00	0,00	19,65	0,00	0,00	0,00	0,00		
Táxi Bem Servir, Lda.	505508355	Serviço de Táxis	21.12.2021	4,65	4,65			21.12.2021	4,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4,65	0,00	0,00	0,00	0,00		
Táxi Colibri, Lda.	505394243	Serviço de Táxis	21.12.2021	22,80	22,80			21.12.2021	22,80	0,00	0,00	0,00	0,00	22,80	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total									786 829,39											

Formas de Contratação

FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado / Prévía Qualificação		Procedimento de Negociação		Diálogo Concorrencial		Ajuste Direto		Nº Contr (11)	Valor (12)
	Nº Contr (1)	Preço contratual (2)	Nº Contr (3)	Preço contratual (4)	Nº Contr (5)	Preço contratual (6)	Nº Contr (7)	Preço contratual (8)	Nº Contr (9)	Preço contratual (10)		
Empreitada de obras públicas												
Aquisição de serviços	4	69 773,60							95	118 152,70	99	187 926,30
Locação ou aquisição de Bens Móveis	2	6 569,36							48	17 658,40	50	24 227,76
Concessão de Obras públicas												
Concessão de Serviços Públicos												
Sociedade												
Outros												

8.3.4 – Transferências e Subsídios

Transferências de Capital – Despesa

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA				
Disposições Legais (1)	Transferências Orçamentadas (2)	Transferências Autorizadas (3)	Transferências Efetuadas (4)	Transferências Autorizadas e Não Efetuadas (5) = (3) - (4)
Transferências para o FEFSS	28 585,04	28 585,04	28 585,04	0,00

Este valor corresponde ao saldo orçamental na posse do IGFCSS a 31/12/2020, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, em conjugação com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril e o artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

Transferências Correntes – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, conforme descrito na nota 8.2.39.7

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências Correntes Obtidas	2 757 783,00	2 150 000,00
FEFSS	2 757 783,00	2 150 000,00

Transferências de Capital – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências do FEFSS	225 000,00	100 000,00
	225 000,00	100 000,00

Nota Adicional – COVID 19

O surto da doença da Covid-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso país, tendo sido declarado o primeiro Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Atendendo ao tipo de atividade desenvolvida pelo Instituto e à reduzida dimensão do seu quadro de pessoal, o recurso ao teletrabalho permitiu durante 2021 assegurar a continuidade da operação em condições próximas da normalidade. O agravamento da situação geral do país registado na parte final de 2020 e no início de 2021 não trouxe, por isso, constrangimentos adicionais suscetíveis de pôr em causa o seu funcionamento.

Eventos Subsequentes

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia assistiu-se a um acréscimo importante da volatilidade nos principais mercados acompanhados. A evolução dos mercados permanecerá, naturalmente, dependente do desenrolar dos acontecimentos estando o Instituto atento a potenciais impactos, principalmente de índole mais duradoura, no valor dos ativos que compõem as carteiras geridas, de forma a poder assegurar a implementação atempada de medidas que proporcionem um adequado nível de proteção do valor dos patrimónios sob gestão.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida, e os documentos de prestação de contas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho Diretivo do Instituto. Verificámos os procedimentos implementados e os elementos de suporte utilizados pelo Instituto para a avaliação dos activos que compõem o património dos fundos: Fundo de Certificados de Reforma e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios do Instituto, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos diversos serviços do Instituto todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Controlo Orçamental da despesa e da receita do período findo naquela data e o respetivo Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do período de 2021 preparado pelo Conselho Diretivo do Instituto.

Conforme referido na nota 8.2.31 do Anexo às demonstrações financeiras, na sequência do relatório n.º 29/2010 do Tribunal de Contas bem como do parecer n.º 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República relativo à suspensão de algumas componentes remuneratórias, o Instituto solicitou formalmente a reposição dos valores pagos indevidamente no passado aos colaboradores. Adicionalmente, decorrente da interposição de processos judiciais por parte da maioria dos colaboradores, em 12 de outubro de 2018, o Supremo Tribunal Administrativo emitiu um acórdão tendo resultado em diferentes decisões consoante os contratos de trabalho tenham sido celebrados antes e após 31 de janeiro de 2003. Na sequência deste acórdão, o Instituto efetuou ajustamentos ao valor da provisão: reforço referente aos contratos celebrados antes de 31 de janeiro de 2003 correspondente às componentes remuneratórias suspensas de 2018 e anulação da provisão relativa aos restantes contratos, com a exceção daqueles que ainda se encontram com processos em curso. Assim, a provisão em 31 de dezembro de 2021 ascende a 61.100 euros (2020: 72.030 euros euros).

De referir que o Instituto preparou as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2021 tendo por base o disposto no POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social. Encontra-se em curso a implementação no subsetor da Segurança Social do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contém reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho Diretivo e aos serviços do Instituto o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 31 de março de 2022



Horwath & Associados, SROC, Lda.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC

Registo na OROC n.º 1126

Registo na CMVM n.º 20160738

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (a Entidade, o Instituto), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.549.144 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2.267.694 euros de despesa paga e um total de 2.355.005 euros de receita cobrada, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

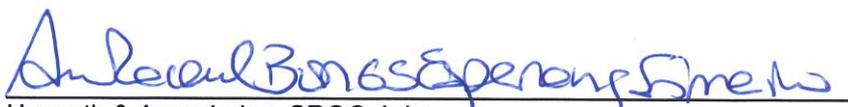
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2022



Horwath & Associados, SROC, Lda.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC

Registo na OROC n.º 1126

Registo na CMVM n.º 20160738

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2 549 144 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2 267 694 euros de despesa paga e um total de 2 355 005 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro, fluxos de caixa e execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Jorge de Sousa Ferreira'.

Paulo Jorge de Sousa Ferreira
(ROC n.º 781, inscrito na CMVM sob o n.º 20160414)
em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

